

# Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?

## 1. Introdução

Os chamados movimentos alterglobalização<sup>1</sup>, que despoletaram, em 1999, na manifestação de *Seattle* contra a Organização Mundial do Comércio e que se reúnem anualmente no Fórum Social Mundial (FSM), introduziram novos debates no seio da sociologia dos movimentos sociais.

Estas iniciativas transnacionais, ancoradas no desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), conduziram diferentes autores a reflectir sobre a possível existência de novos modos de construção e de organização de acção colectiva, de novas formas de cidadania global e de interacção entre os movimentos sociais.

Partindo do cenário internacional das iniciativas alterglobalização, tenta-se explorar a expressão das suas dinâmicas na sociedade portuguesa. Circunscrevendo-se o objecto de estudo empírico à realização do primeiro (2003) e segundo (2006) Fórum Social Português (FSP), a pesquisa segue dois objectivos fundamentais: por um lado, pretende analisar as representações e práticas dos actores participantes sobre os temas da globalização, assim como os significados atribuídos aos movimentos alterglobalização e, por outro, observar tanto os factores que possibilitaram a realização do FSP como o seu processo de construção e de organização, numa sociedade onde as análises sociológicas apontam para a permanência de níveis de mobilização cívica e de associativismo muito baixos.

Na operacionalização dos níveis de análise foi utilizada uma metodologia qualitativa, baseada na entrevista semi-directiva e na análise de conteúdo temática. Inquiriram-se dez representantes de associações/organizações presentes no FSP. No processo de selecção dos entrevistados, tentou-se respeitar o critério da *pluralidade* das identidades colectivas (Farro, 2002, 2004) presentes nas acções alterglobalização.

---

<sup>1</sup> Começaram por ser conhecidos como movimentos anti-globalização. O termo foi rejeitado determinadamente pelos seus activistas que o substituíram por alterglobalização. São também utilizados termos como “movimento dos movimentos” ou o “movimento pela justiça global”. Nos estudos sobre os movimentos sociais e a acção colectiva são utilizadas as mesmas designações, existindo assim uma transposição da linguagem do senso comum para a terminologia conceptual.

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

### **2. Os paradigmas teóricos na sociologia dos movimentos sociais**

A partir da década de 60, com o aparecimento de novos actores colectivos, encetou-se, na Sociologia, um processo de produção teórica e empírica intensivo sobre a acção colectiva e os movimentos sociais, actualmente consagrados como um objecto de pesquisa legítimo.

Porta e Diani (1999) destacam a importância de diferentes correntes teóricas na progressão dos debates neste campo do saber sociológico. Nos EUA, a emergência da teoria da mobilização de recursos (Zald e McCarthy; Oberschall) e da perspectiva do processo político (Tilly, Tarrow e McAdam); na Europa, as análises desenvolvidas no âmbito da teoria dos novos movimentos sociais quer pela abordagem accionalista de Touraine, quer pelos contributos de Melucci.

A Teoria da Mobilização de Recursos surge, nos anos 60, num contexto de oposição (TMR) à teoria do comportamento colectivo, que tendia a observar as mobilizações colectivas como acções irracionais originadas por crises e disfunções em determinados níveis do sistema social (McDonald, 2002). A TMR desmistifica esta perspectiva e introduz a variável racionalidade no estudo dos movimentos colectivos. Estes começam a ser analisados como grupos de pressão organizados que, com o objectivo de alcançarem a realização dos seus interesses particulares, accionam estratégica e racionalmente determinados recursos, para aceder aos órgãos de poder político institucionais. Para compreender a emergência e funcionamento dos movimentos colectivos, esta abordagem aplica o modelo das teorias da escolha racional, nomeadamente da análise dos custos-benefícios. A centralidade da análise dos aspectos racionais no seio da TMR conduziu ao aparecimento de algumas perspectivas que criticam a parca importância atribuída aos factores subjectivos no desenvolvimento da acção colectiva (Scott, 2001).

A perspectiva do processo político também se integra na abordagem racional dos movimentos sociais mas concentra-se sobretudo na relação que estes possuem com o sistema político institucional (Porta e Diani, 1999). Para Tilly (1999: 256), um dos seus percursos, os movimentos sociais são um tipo de acção colectiva particular: *“It consists of a sustained challenge to power holders in the name of a population living under the jurisdiction of those power holders by means of repeated public displays of that population’s worthiness, unity, members, and commitment: At, a minimum, social*

## **Expressões Alérgicas na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

movements involve continuous interaction between challengers and power holders”. Para Tilly (1999) e Tarrow (2005), a análise dos movimentos sociais é indissociável das relações que estes mantêm com os detentores do poder político. Este factor explica, na abordagem do processo político, a importância central do conceito de *estrutura de oportunidade política* (Porta e Diani, 1999; Tarrow, 2005). É considerado que o sucesso ou insucesso de um determinado movimento social depende em parte do contexto político (mais aberto ou fechado à transformação sociopolítica) vivido em cada período histórico. Por outro lado, a análise incide mais nos resultados e ganhos obtidos pelos movimentos sociais do que na formação e estruturação das suas identidades. Esta postura ajuda a compreender o facto de não se considerar a existência de uma identidade colectiva, ou seja de um conjunto de normas e crenças partilhadas pelos actores, como uma característica que distingue os movimentos sociais de outras formas de acção colectiva (Tilly, 1999).

Um dos pressupostos teóricos subjacentes ao conceito de movimento social de Touraine (1984) é a existência de uma identidade colectiva coesa. O processo de construção identitária dos movimentos sociais também se assume como um dos principais contributos de Melucci (1996). Estas diferenças face às teorias emergentes no contexto norte-americano foram observadas “como uma oposição entre os paradigmas da ‘identidade’ e da estratégia” (McDonald, 2002).

Para Touraine (1984), o conceito de movimento social não pode ser confundido com um simples protesto popular ou com meros comportamentos colectivos que mobilizam mecanismos estratégicos para atingirem determinados fins. Só podemos considerar a existência de um movimento se se conjugarem três princípios: Identidade (I), Oposição (O) e Totalidade (T). Os actores envolvidos na construção da acção comum têm de partilhar uma identidade assente em relações de solidariedade (I), esta identidade construída opõe-se a um ou mais adversários sociais, com quem mantém uma relação conflitual sobre as orientações sociais e culturais dominantes no funcionamento das sociedades (O) e é necessária a criação de propostas alternativas que conduzam às mudanças sociais desejadas (T). A teoria accionalista desenvolve uma análise sobre os “velhos” e os “novos” movimentos sociais, situando os respectivamente no contexto do processo de industrialização das sociedades ocidentais e no surgimento da chamada

## **Expressões Alérgicas na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

sociedade pós-industrial. Para Touraine (1984) e Wieviorka (2003), a sociedade industrial foi atravessada por um conflito central que opôs os operários àqueles que dominavam as formas de funcionamento e organização do trabalho. Os autores defendem que esta contenda originou um autêntico movimento social.

Por contraposição ao movimento operário, os autores (Touraine, 1997; Wieviorka, 2008) definem os novos movimentos sociais como característicos das sociedades pós-industriais. O que os distingue do primeiro é o facto de a identidade de classe não ser o motor de desenvolvimento principal da acção colectiva. O factor que motiva, entre a década de 60 e 70, o aparecimento dos movimentos ecologistas, pacifistas, feministas e estudantis não é a existência de um antagonismo entre capital e trabalho, mas de conflitos que contestam as *orientações culturais da sociedade* e que assentam na defesa de valores pós-materialistas. Enquanto o movimento operário esteve fortemente associado à defesa de um paradigma político alternativo, os novos movimentos propõem modelos que apelam à mudança sobre temas relacionados com a subjectividade e a identidade, quer seja com as desigualdades de género, a discriminação racial, ou a assunção de identidades culturais ou ainda com o apelo à transformação das relações entre natureza e sociedade (Wieviorka, 2008).

Apesar de a análise de Melucci (1996) incidir sobre os movimentos sociais contemporâneos, o autor considera que a discussão sobre o que distingue os velhos e novos movimentos sociais não resolve as questões epistemológicas fundamentais. Para o autor (1996), os movimentos contemporâneos não devem ser considerados novos nem velhos, mas como portadores de orientações e elementos pertencentes a diferentes períodos históricos. Melucci (1996: 79) propõe uma abordagem construtivista da acção colectiva, onde recusa perspectivar os movimentos sociais como *unidades empíricas observáveis*, mas antes como *categorias analíticas* que o investigador edifica a partir da desconstrução de *generalizações empíricas*. Não obstante as referências críticas ao termo novos movimentos sociais, as especificidades do seu conceito de movimento social aproximam-se do elaborado por Touraine<sup>2</sup>. O processo de construção da identidade

---

<sup>2</sup> Para Melucci (1996: 28), um movimento social representa um tipo de acção colectiva particular que “(i) *invokes solidarity*, (ii) *makes manifest a conflict*, and (iii) *entails a breach of the limits of compatibility of the system within which the action takes place*.”

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

colectiva assume um enfoque analítico importante na sua teoria dos movimentos sociais (Melucci, 1996). A afirmação de uma determinada identidade colectiva pressupõe sempre a definição de um ‘nós’ por contraposição a um ‘outro’, mas este ‘nós’ é, para Melucci (1996), uma generalização empírica que também deve ser desconstruída. O autor refere que o processo de construção identitário nos movimentos sociais contemporâneos é mais complexo do que no movimento operário porque, no passado, existia uma condição de classe partilhada que representava a essência da acção colectiva.

### **2.1. Movimentos alterglobalização: a emergência de novas formas de acção colectiva?**

Na década de 90, com a queda do muro de Berlim, o fim do mundo político bipolar, e o desenvolvimento das TIC, consolidam-se as teses de que vivemos num mundo cada vez mais global em todas as dimensões da vida colectiva. Os debates sobre a globalização estendem-se também à sociologia dos movimentos sociais. A construção de espaços transnacionais de contestação – desde a formação dos protestos de rua (iniciados em Seattle) até à criação do FSM de Porto Alegre –, contra o que os activistas consideram um modelo de globalização neoliberal iniciado pelo Consenso de Washington e cristalizado nas instituições financeiras e políticas mundiais e regionais –, despertou um ciclo de debates sobre a renovação e reconstrução dos quadros analíticos utilizados na compreensão e explicação dos fenómenos de mobilização colectiva.

O debate teórico em torno dos movimentos alterglobalização não é consensual. Na esteira da perspectiva accionalista de Touraine, autores como Wieviorka (2008) e Farro (2002, 2004) reconhecem a presença de elementos empíricos novos mas também identificam a permanência de características advindas de formas de mobilização colectiva anteriores. No âmbito da teoria do processo político, Tilly (2004) e Tarrow (2005) perspectivam as acções de contestação alterglobalização como uma extensão e transposição do contencioso político surgido nos contextos nacionais para os espaços internacionais. Autores como McDonald (2002, 2006) apelam a uma renovação dos paradigmas teóricos para explicar acções que consideram ser novas, tais como as desenvolvidas pelos grupos de acção directa participantes nos encontros alterglobalização. No entanto, um traço

## **Expressões Alérgicas na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

comum a todas as análises é a importância que as TIC assumem na formação idiossincrática dos movimentos sociais da actualidade.

Mas, do ponto de vista da análise sociológica, o que é ‘novo’ nos movimentos que clamam por “um outro mundo é possível” e que apelam a formas de globalização alternativas nos níveis político, social, económico e cultural?

Farro (2002, 2004) afirma que ao analisarmos os protestos colectivos em torno da globalização se distinguem as seguintes características: a *pluralidade* das identidades nos actores participantes, a importância da afirmação da *subjectividade* identitária, a *fluides* das formas de organização que corporizam os relacionamentos entre os actores, a *oposição e resistência* à dominação social, económica e cultural. O autor (2002) divide em quatro grandes grupos os actores que se têm destacado nos conflitos da globalização através da participação nas manifestações e nos fóruns sociais alternativos.

A maior parte dos elementos que compõem os dois primeiros grupos surgiram recentemente e “privilegiam as acções que pretendem intervir na orientação global dos aspectos económicos, sociais, culturais e políticos da vida social contemporânea, enfatizando a estrutura global das instituições” (Farro, 2002: 1). Não obstante este traço comum, os dois grupos diferenciam-se pelas orientações e significados que atribuem às suas acções.

No primeiro incluem-se os centros culturais, ligados à cultura da acção directa dos movimentos *squatters*, e as organizações de *media* alternativos, que assumem uma vertente fortemente cultural nas suas intervenções sobre as questões da globalização. No segundo incluem-se as associações políticas que se dedicam a analisar criticamente o funcionamento das instituições financeiras e políticas mundiais (como a Associação para a Taxação das Transacções Financeiras para a ajuda aos cidadãos (ATTAC), a *Fifty years is enough* e a *Bretton Woods Project*<sup>3</sup>).

O terceiro e quarto grupos “são constituídos por aqueles – grupos, associações e indivíduos – que trazem para o movimento contemporâneo abordagens tradicionais da acção, já definidas no passado” (Farro, 2002: 2). Na primeira categoria, inserem-se os “novos movimentos sociais”, como os feministas e ecologistas, e, na última, integram-se os sindicatos de trabalhadores industriais e as organizações agrárias.

---

<sup>3</sup> Os exemplos são da nossa autoria.

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

Por último, é pertinente aditar as Organizações Não Governamentais (ONG'S) religiosas e laicas, vocacionadas, tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos, quer para o desenvolvimento e a ajuda humanitária (Comité Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento, Médicos sem Fronteiras e Oxfam), quer para a denúncia da violação dos direitos humanos (Amnistia Internacional e *Human Rights Watch*).

Cada um dos grupos enunciados reflecte a heterogeneidade das identidades colectivas participantes e a conseqüente diversidade dos temas de discussão e de propostas por “uma outra globalização”. Farro (2004: 635) defende que os diferentes participantes “conseguem activar uma rede de comunicação, através da qual conseguem chegar a consensos gerais tanto no que se refere às críticas dirigidas à globalização neoliberal como no que concerne às possibilidades de construir um mundo alternativo”. A rede das manifestações, dos espaços de debate e reflexão é construída através de dois formatos organizacionais: de um lado, desenvolve-se uma configuração, que podemos apelidar de virtual, onde as novas tecnologias de comunicação, em particular a Internet, desempenham um papel fundamental. Através da utilização do e-mail e dos blogues, os actores comunicam entre si, divulgam e apelam à participação nas mobilizações colectivas. Do outro lado, temos uma estrutura “face-a-face”, ou seja, de encontros entre os actores colectivos (reuniões e assembleias de preparação das manifestações e fóruns sociais alternativos), que tenta dar continuidade às relações estabelecidas *on-line* e transpor a organização em rede, descentralizada e fluida para o funcionamento dos eventos alterglobalização.

O tema sobre o papel assumido pelas TIC no desenvolvimento das formas de acção colectiva das sociedades actuais tem sido um dos mais destacados por diferentes análises (McDonald, 2002, 2006; Diani, 2003; Tilly, 2004; Tarrow, 2005). Um dos pontos consensuais entre os autores é o facto de as TIC, com especial destaque para a Internet, acelerarem as interacções entre os movimentos sociais e proporcionarem uma rápida difusão mundial das campanhas de contestação. Tilly (2004) afirma que a Internet poderá conduzir a uma diminuição dos encontros face-a-face entre os activistas nos modos de construir e accionarem as suas reivindicações, programas e identidades. Para Bennet (1993 citado por Tilly 2004), a Internet produz a vantagem de organizações como menos recursos poderem participar mais activamente nos protestos internacionais. No entanto, o

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

autor considera que as redes de relações ao serem mais descentralizadas acarretam também alguma fragilidade para os movimentos sociais, nomeadamente ao nível da *coordenação e controlo* das acções e *compromisso* entre os activistas. No mesmo sentido, Tarrow (2005) adverte para o fenómeno da possível vulnerabilidade causada pelas TIC aos movimentos sociais, referindo que, através da Internet, um único activista pode destabilizar os objectivos de um determinado movimento social. O autor considera excessivo o facto de alguns teóricos, como Bennet, observarem a Internet como um meio que por si só pode gerar movimentos sociais. Autores como Diani (2003) também partilham a visão de que as TIC são mais uma extensão das relações construídas face-a-face do que geradoras de novas interacções sociais.

Pode-se afirmar que a Internet permite às formas de mobilização colectiva actuais uma maior capacidade e eficiência na *internacionalização da acção* e no desenvolvimento de um *nível de consciência global dos actores*, mesmo quando edificam acções locais (Wieviorka, 2008: 45). Autores como Wieviorka (2008) consideram que nos movimentos alterglobalização a referência do espaço nacional, como palco primordial para o desenvolvimento das acções, deixa de ser tão importante como no caso dos “novos movimentos sociais” e em particular do movimento operário.

Por seu turno, Tarrow (2005) reconhece que a internacionalização dos movimentos sociais é um traço distintivo das formas de mobilização actuais e que a tradição teórica onde se insere tem dado pouca relevância a este aspecto. No entanto, o autor afirma que estas formas de contencioso internacionais são mais uma extensão das formas de reivindicação domésticas que, não encontrando resposta para a sua resolução nas instituições de âmbito nacional, se transpõem para os espaços internacionais.

Se, por um lado, a maior parte das reflexões sublinha a importância da utilização das TIC, como instrumentos que permitem uma intensificação dos processos de mediatização das iniciativas e que ampliam mundialmente os temas tratados pelos movimentos sociais, por outro, alguns autores destacam também as questões relacionadas com a relevância que a defesa da *subjectividade identitária* (Farro, 2004), como no caso dos movimentos indígenas, feministas e LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgéneros), e da asserção da *experiência pública do self* (McDonald, 2002, 2006) assumem nos movimentos alterglobalização.



## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

McDonald (2002, 2006) propõe que, para se compreender os conflitos em torno da globalização, é necessária uma mudança paradigmática que substitua os termos de *solidariedade* e *identidade colectiva* pelos de *fluidez* e *experiência pública do self*. Em primeiro lugar, porque nas iniciativas alterglobalização se faz a apologia da *cultura das redes* e dos processos de organização fluidos, assentes nos princípios da horizontalidade, da descentralização e da não-nomeação de líderes. Em segundo lugar, porque muitos dos participantes não partilham uma cultura de solidariedade baseada numa identidade comum que os conduz a oporem-se aos processos de globalização. Muitos actores afirmam participar nestas acções porque lhes é possível assumir características da sua identidade e subjectividade pessoais que lhes são negadas pelos processos de globalização. Por outro lado, existem ainda indivíduos que têm uma actividade multiparticipativa e/ ou efémera nos encontros alterglobalização: são actores que pertencem simultaneamente a diferentes organizações, que se desvinculam de uma dada causa para abraçar outra ou que se juntam a estes protestos de forma transitória, chegando a constituir uma determinada forma de organização para um único protesto de luta. Estas formas de organização e de pertença “voláteis” não eram tão expressivas no passado, em que os indivíduos tendiam a pertencer durante toda a vida a uma só organização e/ou partido político.

A maioria dos contributos teóricos identifica novas componentes empíricas relevantes para a análise sociológica mas também reconhece fragilidades no chamado “movimento dos movimentos” ou no “movimento da justiça global”.

Utilizando o conceito de movimento social concebido por Touraine, Wieviorka defende (2003: 35) que o conflito transportado pela alterglobalização não pode ser encarado como um *movimento social constituído* porque “não se dotou ainda de um projecto, nem de uma definição suficientemente clara de adversário”. De acordo com o autor nas suas mobilizações e campanhas subsistem as referências de oposição ao capitalismo, ao imperialismo, ao americanismo e ao neo-liberalismo, mas não existem orientações comuns face a estas temáticas. O autor (2008: 45) considera que a *radicalização* dos discursos e das acções pode reduzir a capacidade de os movimentos globais avançarem para uma fase mais propositiva. Argumentando que a análise das relações que os movimentos sociais estabelecem com o sistema político institucional é essencial para

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

compreender as estratégias e os resultados por si alcançados, Tarrow (2005: 207) afirma que a *estrutura das oportunidades políticas* se torna mais difícil de avaliar quando se trata do sistema político internacional. A desterritorialização dos centros de decisão política diminui a possibilidade de acesso dos movimentos sociais aos seus mecanismos de deliberação. Por outro lado, a diversidade das identidades colectivas, nas acções alterglobalização, portadoras de diferentes acepções, significados e concepções de luta, geram divergências e dinâmicas de resistência interna entre os diversos actores e dificultam a possibilidade de se desencadear uma identidade colectiva transnacional (Tarrow, 2005).

Lelandais (2008:2) sublinha ainda que a convergência, nas iniciativas alterglobalização, de movimentos sociais do “Norte” e do “Sul” se deve a diferentes causas: “Enquanto na Europa o altermundialismo está mais relacionado com a luta contra o neoliberalismo é, sobretudo em alguns países do Sul do Mediterrâneo, uma forma de protesto contra os fundamentos do campo político, onde existem frequentemente regimes políticos autoritários e securitários”. Porta (2008) afirma que não só existe uma dificuldade em adaptar os instrumentos de análise utilizados para compreender as mobilizações nacionais às de escala global como a participação massiva dos movimentos sociais do “Sul”, onde a variável classe social adquire maior importância na explicação do envolvimento nas mobilizações, deve conduzir, principalmente as problemáticas europeias, à reformulação de determinadas categorias de análise. No entanto, tal como sugere Porta (2008), os debates sobre as acções alterglobalização permanecem em aberto.

### **3. Dinâmicas transnacionais das acções alterglobalização: o Fórum Social Mundial**

Neste capítulo pretende-se contextualizar empiricamente o nosso objecto de estudo. O objectivo desta pesquisa é tentar apreender, centrando-nos na realização do primeiro e segundo Fórum Social Português (FSP), que expressões e dinâmicas de acções alterglobalização existem na sociedade portuguesa. Perante um tema onde a dimensão e a escala internacionais são fundamentais para compreender o surgimento do FSP, é necessário reportarmo-nos a algumas acções alterglobalização transnacionais, nomeadamente ao FSM.

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

A manifestação de *Seattle* (1999), contra a cimeira da Organização Mundial do Comércio (OMC), é normalmente perspectivada, devido às suas repercussões mediáticas, como o evento onde surgiram, pela primeira vez, as acções colectivas em torno dos temas da globalização. Mas autores como Seoane e Taddei (2002: 102) apontam o surgimento do movimento zapatista<sup>4</sup> (1994), no México, e o Encontro Intergaláctico pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, realizado em Chiapas (1996), como os precursores destas acções. Mas foi a partir de *Seattle* que os movimentos alterglobalização não só despoletaram mediaticamente como também começaram a construir uma agenda de mobilizações mais activa e organizada. Além disso, segundo o testemunho de Aguitton (2002: 145), o sentido das perguntas dirigidas aos manifestantes mudou “...antes de Seattle a pergunta permanentemente feita aos líderes dos movimentos, que preparavam as mobilizações pelos seus adversários era: o que vocês condenam na OMC?”; depois de Seattle as perguntas tratam das alternativas: “É preciso reformar a OMC?”, “Que sistema comercial vocês propõem, ou ainda: “De que instituições internacionais nós precisamos?”.

A tentativa de conciliar o protesto e a crítica com a reflexão e a construção de propostas alterglobalização, surgia, em 2001, com a criação do FSM<sup>5</sup>. Sob o lema de “Um Outro Mundo é Possível”, milhares de ONGs, sindicatos, políticos e cidadãos anónimos do mundo inteiro reuniam-se em Porto Alegre (Capital do Estado do Rio Grande do Sul). O FSM surge com uma forma assumida de contrapoder e de contraproposta. A denominação escolhida para o designar revela uma intenção clara de contraposição ao Fórum Económico Mundial (FEM) de Davos. O FSM assume-se como um espaço aberto a todos os que se identifiquem e revejam na sua Carta de Princípios – que estabelece um conjunto de regras que devem ser respeitadas por todos os participantes. A seguir, enunciam-se alguns excertos dos seus princípios constitutivos (integrados na Carta de Princípios, adoptada também pelo FSP). O FSM assume-se como “...um espaço plural e

---

<sup>4</sup> Segundo Castells (1999: 99), a resistência zapatista, como todas as lutas indígenas que povoam o continente americano, insere-se “...no prolongamento histórico de 500 anos de luta contra a colonização e a opressão”. A revolta de 1 de Janeiro de 1994 coincidiu propositadamente com a adesão formal do México à NAFTA (*North American Free Trade*) porque os zapatistas “...viam na forma actual da “nova ordem mundial” – NAFTA e nas medidas de liberalização do presidente Salinas, que deixavam os camponeses e os indígenas à margem do processo de modernização – a reencarnação da opressão”.

<sup>5</sup> Além de o FSM foram também criados fóruns nacionais, de que é exemplo o FSP, continentais, como o Fórum Social Europeu, e temáticos.

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos envolvidos em acções concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo” ([www.forumsocialmundial.org.br/por/qcartas.asp](http://www.forumsocialmundial.org.br/por/qcartas.asp)).

No que concerne à orientação face à participação dos partidos políticos, a Carta de Princípios afirma peremptoriamente: “Não deverão participar no Fórum representações partidárias nem organizações militares. Poderão ser convidados a participar, em carácter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos desta Carta” ([www.forumsocialmundial.org.br/por/qcartas.asp](http://www.forumsocialmundial.org.br/por/qcartas.asp)). Apesar de o FSM se definir como um espaço não partidário, este assunto gerou alguma controvérsia. Por um lado, O FSM surgiu directamente ligado a organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), próximas do Partido dos Trabalhadores (PT). Por outro, tal como afirma Santos (2003: 11), a participação de organizações militares como as FARC e de alguns chefes de Estado contribuíram para o aparecimento de divergências: “as críticas dizem respeito quer ao processo de selecção, quer aos convites realizados (ou às exclusões de listas de potenciais convidados), nomeadamente quando estão em jogo personalidades bem conhecidas, quer seja Fidel Castro, Hugo Chavez, Ben Bella, ou Mário Soares. As críticas também dizem respeito à tolerância em relação a figuras controversas como líderes de grupos de guerrilha”.

Em relação às suas orientações político-ideológicas, o FSM opõe-se, de forma geral, ao capitalismo global e aos adversários corporizados nas multinacionais. A este processo de globalização pretende contrapor e construir propostas políticas alternativas aos modelos políticos e económicos vigentes ([www.forumsocialmundial.org.br/por/qcartas.asp](http://www.forumsocialmundial.org.br/por/qcartas.asp)). O FSM não se assume como um campo centralizado das acções dos movimentos sociais antes reitera o princípio de que “...Os encontros do Fórum Social Mundial não têm carácter deliberativo enquanto Fórum Social Mundial. Ninguém estará, portanto autorizado a exprimir, em nome do Fórum ([www.forumsocialmundial.org.br/por/qcartas.asp](http://www.forumsocialmundial.org.br/por/qcartas.asp)). Santos (2005: 69) tece algumas considerações que contrariam a ideia de não estarmos perante uma instância animada por divergências: “O FSM é um espaço de poder. Pretender o contrário e defender a ideia de

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

que o FSM é um espaço totalmente aberto, sem centro, sem hierarquias e potencialmente inclusivo para todos parece um pouco forçado”.

Actualmente, o FSM regista a realização de oito edições em diferentes países. Os seus modos de funcionamento têm sofrido algumas alterações ao longo das suas diversas edições. Segundo Santos (2005), a partir de o terceiro FSM encetou-se uma discussão alargada sobre algumas contradições e críticas apontadas às suas formas de organização. Na sua opinião, o FSM apresenta algumas dificuldades em cumprir os critérios da representatividade social e cultural dos povos mais atingidos pelos processos de globalização neo-liberal. Existem também organizações que afirmam que as suas iniciativas são alvo de processos de organização discriminatórios. Estes actores lamentam o facto de as características do FSM mais elogiadas – a não-hierarquização das organizações e a democratização na participação – não serem rigorosamente exercidas. Santos (2005) alerta-nos também para a questão da paridade entre homens e mulheres ter suscitado algumas discussões internas, designadamente na escolha dos conferencistas convidados pelos organizadores do FSM.

Bello (2007) afirma que a realização do FSM em Nairobi, em 2007, deixou muitos activistas descontentes devido à tentativa de aproveitamento político do evento por parte das elites locais e das multinacionais ligadas à produção e comercialização de petróleo. Além disso, segundo o autor, diversos participantes questionaram a utilidade em prosseguir com a realização do FSM devido à sua ineficácia em negociar e alcançar resultados políticos por uma globalização mais justa e solidária. Autores como Le Bot (2008) defendem também que as iniciativas alterglobalização tiveram um processo de crescente mobilização colectiva, que se estendeu entre a manifestação de Seattle contra a cimeira da OMC (1999) e as mobilizações contra a guerra no Iraque (2003), e que abarcou a realização dos primeiros FSM, mas que actualmente se encontram num estado de fragilização e de descredibilização, pois não conseguem conjugar a sua face de contestação com a de proposição.

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

### **3.1. O Fórum Social Português: que expressões alterglobalização na sociedade portuguesa?**

Antes de iniciarmos a análise sobre o FSP, importa reflectir sobre os temas da participação cívica e do estado dos movimentos sociais em Portugal. Verifica-se, em geral, entre os autores analisados (Cruz, 1995; Cabral, 2000, 2004; Barreto, 2002; Schmitter, 2004) um consenso de que os cidadãos portugueses apresentam uma cultura política débil e uma fraca predisposição para o envolvimento activo nos assuntos da esfera pública. Estes factores contribuem para a existência de formas de acção colectiva e movimentos sociais fracos. É ainda consensual que a sociedade portuguesa, após a revolução política de 25 de Abril de 74 e a instauração do regime democrático, conheceu elevados níveis de participação política e social que decresceram progressivamente.

Na década de 90, Santos (1994: 314) afirmava que, com o início da democracia, despontaram não só os “velhos” mas como os “novos” movimentos sociais. Mas, na sua opinião, o facto de a sociedade portuguesa se caracterizar ainda muito pelo interesse de satisfazer necessidades sociais básicas e pelo ideário dos valores materialistas conduziu a que as causas ligadas aos novos movimentos sociais, que despontaram profusamente no pós 25 de Abril, perdessem o seu terreno de acção e reivindicação. Como outros factores que poderão auxiliar na compreensão da fragilidade dos movimentos sociais e da quase ausência de novas expressões de acção colectiva, o autor avança com a hipótese de ocorrer o fenómeno da *superpolitização* dos movimentos sociais: “...a forma de superpolitização em Portugal consiste em os germens de NMSs se desviarem facilmente para o político constituído antes mesmo de conduzirem à criação de movimentos”. (1994: 230)

Em dois estudos de carácter quantitativo coordenados por Cabral (2000: 146) são corroboradas as teses da desmobilização dos cidadãos portugueses face à acção colectiva. No primeiro, onde se pretende avaliar a *distância ao poder* dos portugueses, conclui-se “...que mais de 60% da população portuguesa não está inserida em qualquer associação cívica nem considera ter qualquer influência na evolução do país”. No segundo (Cabral, 2004), complementam-se os resultados anteriores com a referência de que “...uma

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

escassa minoria de 5% da população recorreu ou admite vir a recorrer a oito ou mais formas de acção reivindicativa ou expressiva”<sup>6</sup>.

Estanque (1999) reconhece a fragilidade das formas de acção colectiva e dos movimentos sociais portugueses, mas enuncia que, a partir da década de 80, estes tendem a apresentar características diferentes. O autor destaca a tendência para o surgimento de acções de carácter mais local e disseminado e para uma crescente mediatização e diminuição do conteúdo ideológico dos protestos. Como possíveis causas o autor aponta, entre outras, o esmorecer dos protestos de base classista e a individualização dos laços sociais e laborais. Num estudo recente Mendes e Seixas (2005)<sup>7</sup> tentam contrariar os pressupostos de que os portugueses demonstram possuir uma fraca propensão para o envolvimento em formas de mobilização colectiva. Corroborando a tese de Estanque de que os protestos são marcadamente locais, os autores afirmam que o período entre 1992 e 2002 é atravessado pela ocorrência significativa de protestos relacionados maioritariamente com direitos sociais elementares nas áreas da saúde, da educação e da habitação. Segundo os autores, não ocorrem frequentemente protestos relacionados com temas pós-materialistas, embora as acções relacionadas com as questões do ambiente apresentem alguma tendência para aumentar.

De acordo com as análises traçadas a sociedade portuguesa é caracterizada por uma fraca participação cívica e por movimentos sociais frágeis. Neste contexto, como podemos explicar a emergência do FSP que se inscreve nas dinâmicas das acções transnacionais alterglobalização?

Em Portugal a ideia de realizar um Fórum Social surge, em 2002, de um conjunto de activistas, intelectuais e figuras ligadas a partidos políticos de esquerda, que tinham participado no primeiro e/ou segundo FSM.

Em Maio de 2002, em Lisboa, realiza-se o primeiro encontro plenário onde se pretendeu mobilizar e informar as associações portuguesas sobre a natureza dos fóruns sociais

---

<sup>6</sup> De uma lista apresentada pelo autor que enumera diferentes formas de reivindicação e protesto.

<sup>7</sup> O estudo teve como base a análise as notícias de dois jornais portugueses sobre protestos não institucionais ou seja, que não se relacionem com questões sindicais e do trabalho, e interesses corporativos. Os autores reconhecem contudo as limitações de uma análise empírica baseada em informação jornalística.

## **Expressões Alérgicas na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

alternativos<sup>8</sup>. Em Setembro de 2002, no segundo encontro plenário, é aprovada a Declaração de Coimbra por 80 organizações que se dedicam a intervir em diferentes áreas temáticas. Nesta declaração, é afirmado que o FSP se constitui como representante de “...um movimento de movimentos que se reconhecem no espírito do Fórum Social Mundial e dos Encontros Continentais que, por todo o planeta, proclamam que um outro Mundo mais Pacífico, Justo, Solidário e Sustentável é não apenas necessário, mas possível (...) Este espaço não pretende representar o conjunto da sociedade portuguesa, mas amplificar a voz d@s muit@s que condenam as políticas económicas, sociais, ambientais e culturais do neoliberalismo, a guerra, o sexismo, o racismo, a homofobia, a xenofobia, a pobreza, a exclusão social e a injustiça” ([www.forumsocialportugues.org/shtml/doc/declaracao\\_coimbra.shtml](http://www.forumsocialportugues.org/shtml/doc/declaracao_coimbra.shtml)) Neste encontro, formaram-se ainda três grupos responsáveis pela organização do FSP onde colaboraram diversas organizações: o grupo trabalho – responsável pela organização do evento, o grupo programa – responsável pela concepção do programa, e o grupo rede – encarregado de estabelecer os contactos e mobilizar as organizações.

Em seguida, realizaram-se três encontros plenários e diversas reuniões de cada um dos grupos encarregados de organizar o FSP. No terceiro plenário, em Janeiro de 2003, define-se oficialmente a data e o local de realização do FSP (surgiram quatro cidades candidatas: Lisboa, Almada, Setúbal e Porto, mas o FSP realizar-se-ia em Lisboa de 7 a 10 de Junho de 2003), assim como o modelo programático e os eixos temáticos de debate<sup>9</sup>.

O modelo de funcionamento do FSP foi inspirado no FSM e na sua carta de princípios. As associações, envolvidas na sua organização<sup>10</sup>, assumiram o compromisso de que, tal

---

<sup>8</sup> Toda a informação sobre o primeiro e segundo FSP foi recolhida no seu sítio oficial ([www.forumsocialportugues.org](http://www.forumsocialportugues.org)) através da análise às actas dos encontros plenários de preparação dos eventos.

<sup>9</sup> O FSP inscreveu, na sua agenda de mobilização, a participação na manifestação global contra a guerra no Iraque que se realizou em 15 de Março de 2003.

Foi também criado um sítio na Internet e uma lista de contactos on-line para divulgar o evento. No conjunto das actas redigidas sobre os plenários, é possível detectar a preocupação de alargar a rede de participação do FSP a associações que actuam fora dos grandes centros urbanos.

<sup>10</sup>Foi constituída a Associação para a Gestão Financeira do FSP 2003 representada pelas seguintes associações: Associação Jovens para a Paz, Centro de Investigação e Desenvolvimento Amílcar Cabral, Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, Opus Gay, União de Mulheres Alternativa e Resposta, Movimento Democrático das Mulheres, SOS Racismo, QUERCUS, União dos Sindicatos de



## **Expressões Alérgicas na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

como no FSM, as decisões seriam tomadas por consenso e que “...ninguém estaria autorizado a falar em nome do FSP” ([www.forumsocialportugues.org](http://www.forumsocialportugues.org)). Ao invés do FSM, embora seja também um assunto controverso como mencionámos anteriormente, os partidos políticos associaram-se activamente ao seu processo de organização. Assim, o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista Português (PCP) estiveram presentes em todos os plenários e participaram nos processos de tomada de decisão. Esta opção foi acordada pelo conjunto dos participantes mas originou inúmeras controvérsias, imperceptíveis de dissecar através dos documentos oficiais do FSP mas possíveis de escarpelizar, como se comprovará adiante, através da análise de conteúdo às entrevistas realizadas às associações presentes no FSP.

O primeiro FSP realizar-se-ia em Junho de 2003 com a participação de 237 organizações<sup>11</sup> e de duas mil pessoas inscritas. Compareceram, entre outras, associações sindicais, ambientalistas, de desenvolvimento local e cultural, ONGS ligados aos direitos humanos e às questões do desenvolvimento, à defesa dos direitos LGBT, das mulheres e dos imigrantes.

A programação oficial do FSP dividiu-se em três campos de discussão: conferências, mesas de diálogo e controvérsias, e oficinas. Desenham-se três eixos de discussão temáticos que, decorrendo em simultâneo, se segmentaram em diferentes matérias<sup>12</sup>:

- Democracia, cidadania, direitos e serviços públicos (as políticas neoliberais e a degradação da democracia; sexualidades emancipatórias em sociedades patriarcais: resistindo ao sexismo e à homofobia; o exercício dos direitos sociais, políticos, económicos e sociais).
- Trabalho, economia, globalização e desenvolvimento sustentável (agricultura, pescas e a sociedade. Globalização. Segurança e soberania alimentares; trabalho, empresa, direitos e imigração; desenvolvimento sustentável).

---

Lisboa, PRO URBE, Universidade Popular do Porto, Intervenção Democrática, ATTAC, Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, Comité Português para a Paz e Cooperação.

<sup>11</sup> As principais formas de financiamento do evento foram as inscrições das organizações participantes. Foram também cedidos alguns equipamentos pela Câmara Municipal de Lisboa.

<sup>12</sup> Realizaram-se 10 conferências, 12 mesas de diálogo e controvérsias e 105 oficinas. A selecção dos temas das conferências e dos seus oradores foram da responsabilidade dos organizadores do FSP. As mesas de diálogo e controvérsias e as oficinas foram organizadas pelos seus proponentes. O programa do FSP integrou também espectáculos, oficinas culturais e a Festa da Diversidade.

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

- A defesa e a promoção da paz, da solidariedade e da luta contra a guerra (neoliberalismo, exploração e guerra; uma outra Europa, um outro mundo é possível; as cores da esperança: a solidariedade e a cooperação).

Ainda inspirada no modelo programático do FSM, realizou-se a Assembleia dos Movimentos Sociais<sup>13</sup>. A sua finalidade era a de criar um espaço onde as associações se pudessem reunir para aprovar linhas estratégicas de intervenção comuns, nomeadamente ratificar uma declaração onde pudessem concertar as suas acções face à globalização neoliberal e, por conseguinte, construir um calendário de mobilização que simbolizasse a sua oposição face a todo o tipo de desigualdades. O FSP terminaria com uma manifestação sob o lema “Um outro mundo e um outro Portugal são possíveis!”.

Após o primeiro FSP, realizou-se uma reunião de balanço e reflexão sobre o futuro do evento. Na acta deste encontro, afirma-se que “O 1º FSP foi globalmente positivo (...) Há condições para realizar um 2º FSP, no início de 2005...”. É ainda de sublinhar a importância atribuída à discussão sobre a esfera de actuação dos sindicatos: “Para uns, a luta que tem sido travada na esfera laboral confere às estruturas sindicais (em especial à CGTP) um papel determinante na actual resistência ao neo-liberalismo, pelo que o sindicalismo tem pouco a aprender com os chamados novos movimentos anti-globalização (...) Para outros, a crescente precariedade das relações de trabalho, a crise, as falências e o desemprego estão a levar ao enfraquecimento dos sindicatos, pelo que estes só têm a ganhar em aliarem-se aos novos movimentos sociais e a outras formas de resistência associativa” ([www.forumsocialportugues.org](http://www.forumsocialportugues.org)).

Em 2005, como previsto inicialmente, não se cumpria a segunda edição do FSP, mas um encontro, em Évora, denominado “resistências e alternativas” onde participaram algumas das associações que construíram o primeiro FSP. O segundo FSP realizar-se-ia em Outubro de 2006, em Almada, com uma participação das associações e dos cidadãos muito inferior à do primeiro FSP<sup>14</sup>. Este foi o último FSP realizado até à data (2010).

---

<sup>13</sup> Tal como no FSM, a assembleia de movimentos integra-se como um evento realizado no final do evento mas é apenas da responsabilidade das organizações proponentes e aderentes. Primeiros signatários do apelo de convocatória: Acção Jovem para a Paz, Associação Luso-Senegalesa, ATTAC-Portugal, CGTP-IN, FENPROF, Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, Liga Operária Católica, Movimento Democrático das Mulheres, Não-Te-Prives, Rede Lilás, Secretariado Coordenador das Associações de Imigrantes, Solidariedade Imigrante, SOS Racismo, União das Mutualidades Portuguesas.

<sup>14</sup> Não é possível aferir o número de participantes colectivos e individuais presentes. Ao contrário do sucedido com o primeiro FSP não existe, no sítio do FSP, uma lista oficial do número de participantes.

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

### **4. Contextualização metodológica**

A nossa proposta de investigação possui a finalidade de explorar as formas de acção colectiva alterglobalização existentes na sociedade portuguesa. Do ponto de vista empírico, seleccionámos como unidade de análise privilegiada o primeiro e o segundo FSP quer por ser um espaço onde afluíram associações que se identificam com as dinâmicas alterglobalização, quer por se promover como um evento integrado na construção dos fóruns sociais alternativos. A nível nacional, a quase ausência de pesquisas desenvolvidas sobre o tema conduzem-nos a propor para o nosso estudo um caminho de descoberta e de interrogação sociológicas. Ao enveredarmos por este caminho exploratório, utilizámos uma abordagem qualitativa que permitisse apreender as práticas, discursos e representações atribuídas pelos indivíduos às temáticas em estudo. Elegemos também a entrevista semi-directiva como técnica de recolha de informação primordial.

Quando se empreendeu a pesquisa, o objectivo inicial era o de inquirir, por um lado, associações que só participaram no primeiro FSP e, por outro, as que convergiram tanto no primeiro como no segundo FSP. Contudo, como nos deparámos, no terreno, com obstáculos inesperados à realização das entrevistas a associações que só participaram no primeiro FSM, optámos por entrevistar as associações presentes nas suas duas edições. A selecção da amostra dos entrevistados obedeceu rigorosamente a *critérios qualitativos* (Vala, 1986) relacionados com a finalidade da investigação. Assim, no processo de triagem dos entrevistados o critério primordial foi o de tentar corresponder a uma das características elencadas por Farro sobre as mobilizações alterglobalização (2002, 2004) – a *pluralidade* das identidades colectivas.

Ao todo foram inquiridos dez membros e/ou dirigentes das seguintes associações e/ou organizações<sup>15</sup>: Acção para a Justiça e Paz (AJPaz); Associação para a Taxação das Transacções Financeiras para a Ajuda ao Cidadão (ATTAC-Portugal); Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC); Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP); Confederação Nacional dos Agricultores (CNA); Grupo de Acção e Intervenção Ambiental (GAIA); Panteras Rosa – Frente de Combate à

---

<sup>15</sup> As entrevistas foram realizadas entre Junho e Setembro de 2009, com uma duração média de 1 hora e 30 minutos. Recorremos ao registo magnético das entrevistas com o consentimento prévio dos intervenientes.

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

LesBiGayTransFobia (PR)<sup>16</sup>; Solidariedade Imigrante – Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes (SOLIM); SOS Racismo (SOS); União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR).

O guião de entrevista semi-directivo (Ver Anexo I) dividiu-se em seis grandes temas, que corresponderão às dimensões da análise de conteúdo das entrevistas. Após a transcrição do conjunto das entrevistas, concluímos que, para o tratamento da informação obtida, a técnica mais adequada seria a análise de conteúdo (Vala, 1986). Em seguida, e dentro das diversas formas de tratamento disponíveis e admitidas na análise de conteúdo, optámos por realizar uma *análise temática e avaliativa* (Vala, 1986; Ghiglione e Matalon, 1997) para aferir de que modo os entrevistados avaliam os temas que propusemos como objecto de reflexão.

Para procedermos à constituição das categorias, optámos por efectuar uma *abordagem mista* (Vala, 1986), ou seja, uma análise com categorias pré-definidas que coloca a possibilidade de surgirem outras no decorrer do processo de análise de conteúdo. Esta decisão deve-se ao facto de possuímos um enquadramento teórico sustentado face aos temas dos movimentos sociais e da acção colectiva, e das mobilizações transnacionais alterglobalização, mas menos no que diz respeito à presença deste tipo de acção colectiva na sociedade portuguesa.

Tendo em conta os pressupostos subjacentes à análise de conteúdo, estabeleceu-se que a *unidade de registo* seria temática (que corresponde às dimensões de análise contidas *a priori* no guião de entrevista), a *unidade de contexto* seria a globalidade de cada um dos discursos produzidos pelos participantes e a *unidade de enumeração* seria a presença ou ausência dos temas nos discursos dos participantes.

---

<sup>16</sup> O grupo PR não cumpre formalmente os critérios de selecção das restantes associações. O entrevistado participou no 1º FSP como pertencendo a outra associação. As PR surgem, em 2004, no decorrer do processo dos fóruns e acções de mobilização transnacionais alterglobalização. Por este motivo e por terem participado no 2º FSP, considerámos importante incluir o seu discurso na nossa análise empírica.

## Expressões Alérglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?

### 5. Perfil das associações\organizações

O quadro abaixo representado sintetiza informação sobre a natureza e as esferas de actuação das associações seleccionadas para objecto do nosso estudo:

**Quadro 1** Perfil das associações/organizações

Associações	Data de Fundação	Objectivos e áreas de actuação
AJPAZ	1973/1986	ONGD pacifista e feminista. Actualmente, os seus projectos de intervenção centram-se no âmbito do desenvolvimento local, na promoção da economia solidária e da educação popular.
ATTAC Portugal	1999	Rede internacional sediada em cerca de 40 países que surgiu em França, em 1998, contra a economia especulativa e a <i>ditadura dos mercados</i> . Afirmou-se pela defesa da aplicação da taxa <i>Tobin</i> <sup>17</sup>
CIDAC	1974	ONGD cuja actividade inicial surgiu associada à luta contra o colonialismo e à defesa da autodeterminação das ex-colónias portuguesas. Actualmente, os seus projectos centram-se nas áreas da cooperação e da educação para o desenvolvimento nos países de língua oficial portuguesa.
CGTP	1970	Central sindical que promove e defende os direitos dos trabalhadores. Preconiza o sindicalismo de classe. Congrega cerca de 127 sindicatos de diferentes sectores de actividade.
CNA	1978	Confederação que promove e defende os interesses dos agricultores portugueses, particularmente da chamada agricultura familiar. Congrega 60 associações de agricultores de todas as regiões do país.
GAIA	1996	Associação Juvenil e ONG de Ambiente. Assume-se como uma associação ecologista que conjuga os temas da sustentabilidade ambiental e da equidade socioeconómica.
Panteras Rosa	2004	Rede de acção directa de defesa dos direitos sexuais que afirma combater a a discriminação homofóbica.

<sup>17</sup> Medida concebida por James Tobin, que previa a cobrança de um imposto de 0,01% sobre as transacções cambiais como forma de regular a economia especulativa. Posteriormente, seria criado um fundo monetário mundial que serviria de apoio ao desenvolvimento dos países mais pobres.

## Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?

SOLIM	2001	Associação que promove e defende os direitos dos imigrantes.
SOS Racismo	1990	Associação vocacionada para a denúncia da discriminação racial e da xenofobia.
UMAR	1976	ONG feminista que promove a igualdade e a paridade de género nas esferas económica, social e cultural.

O facto de associações/organizações como a CGTP, a CNA, a AJPaz, o CIDAC e a UMAR se constituírem na década de 70 corrobora a tese de Santos (1994) de que, em Portugal, os “velhos e “novos” movimentos sociais surgiram em simultâneo, numa época de convulsões políticas e sociais correspondente ao fim do regime político autoritário e ao início da democracia. Ao longo da década de 90, formam-se associações como o SOS Racismo, o GAIA e a ATTAC-Portugal. A última considerada já como pertencente ao conjunto dos movimentos emergentes no âmbito das acções alterglobalização (Wieviorka, 2003), mas atravessando um período de fraca intervenção, quando comparado com a sua fase inicial, e revelando níveis de associativismo muito inferiores aos de outros países europeus. Com um início de actividade mais recente, surgem a SOLIM e as PR. No caso das PR, embora existam outras associações de defesa dos direitos LGBT mais antigas, esta rede de activistas relaciona o seu aparecimento com a participação de alguns dos seus membros nos fóruns sociais internacionais e com os seus princípios de organização, nomeadamente com a fluidez das relações entre os participantes e a horizontalidade nos processos de tomada de decisão.

No que diz respeito às formas de financiamento, somente a CGTP afirma suportar a estrutura e as actividades da sua organização quase exclusivamente pela via da quotização. Associações como o SOS e a SOLIM, embora possuam projectos financiados por entidades estatais, demonstram uma elevada preocupação pela afirmação da independência financeira face aos poderes políticos. Os projectos de intervenção no terreno do conjunto de associações, em geral, são financiados por programas custeados pelo Estado português e pela Comissão Europeia. As PR afirmam funcionar com autonomia financeira por desenvolverem as suas actividades fundamentalmente com base na Internet e em formas de acção directa. Estas circunstâncias podem ajudar a explicar o facto de ser o único actor colectivo que não está constituído formal e legalmente. O

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

processo de institucionalização das associações tende a estar relacionado com a necessidade de acesso aos recursos económicos disponibilizados pelos programas financiados pelos organismos públicos. Associações como a UMAR, a SOLIM e o GAIA declaram que as suas formas de organização têm evoluído para um trabalho cada vez mais em rede, onde as decisões e as responsabilidades são horizontalmente partilhadas. O GAIA afirma ainda desenvolver as suas actividades através de grupos de trabalho de base descentralizados e autónomos. Esta associação, à semelhança das PR, utiliza também formas de acção directa. Os modos como ambas as associações definem as suas identidades e preconizam as suas intervenções aproximam-nos dos grupos de acção directa que McDonald (2002) considera como pertencentes às novas formas de acção colectiva características dos movimentos sociais contemporâneos.

A análise de outro tipo de actores com presença assídua nos eventos internacionais alterglobalização, como por exemplo os grupos ligados à cultura *squatter* e às organizações de media alternativos (Farro, 2002), não foi integrada na nossa pesquisa devido à quase inexistência na sociedade portuguesa e ausência de representatividade no FSP.

### **5.1. Representações, redes e esferas de actuação sobre os temas da globalização**

As iniciativas alterglobalização surgiram intimamente ligadas aos temas da globalização. Os protestos de rua dirigem-se sempre às cimeiras das instituições financeiras e políticas mundiais e os documentos produzidos no âmbito dos fóruns sociais alternativos consubstanciam discursos críticos e negativos em relação ao *neoliberalismo*, ao *imperialismo* e à *globalização capitalista* classificada como *racista*, *sexista*, *destruidora do meio ambiente* e como impulsionadora do agudizar dos fenómenos de *exclusão e desigualdade sociais* ([www.forumsocialportugues.org/shtml/doc/carta\\_principios\\_fsm.shtml](http://www.forumsocialportugues.org/shtml/doc/carta_principios_fsm.shtml)). Os actores entrevistados sendo participantes nos eventos alterglobalização identificam-se com as críticas geradas nestes espaços. Na maioria dos discursos são identificados directamente os temas da globalização com a crítica e a contestação ao neoliberalismo e ao capitalismo. Mesmo quando não se evidenciam estas acepções, é constante a referência

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

aos processos económicos globais e às suas repercussões e influências determinantes na direcção de outras dimensões da vida colectiva. Os seus discursos apontam assim para uma forte *oposição e resistência* à dominação social, económica e cultural (Farro, 2002). Por outro lado, os entrevistados tendem a relacionar a problemática dos processos de globalização com a identidade das suas associações/organizações. Esta combinação entre as suas esferas de actuação e os modos como avaliam os temas da globalização pode ilustrar, ainda que limitadamente, a ausência de temas da acção comuns entre os participantes na alterglobalização (Wieviorka, 2003). A globalização é também perspectivada como uma teia de relações complexas e dinâmicas entre o local e o global.

*“Tentamos ligar todas as nossas intervenções locais ao contexto mais amplo do neoliberalismo e da sociedade capitalista. A horta popular<sup>18</sup> tem o significado de oposição a uma certa lógica de ocupação dos espaços que o sistema capitalista faz, ligando-a com as questões da soberania alimentar”.* (Activista GAIA)

*“A globalização está em todo o lado, as leis repressivas sobre a imigração, o modelo neoliberal, tudo isso está entranhado, não se pode separar. Quando estamos a lutar contra estas coisas, estamos a tratar da globalização”.* (Presidente SOS)

*“Este tipo de globalização é neoliberal e sexista..., as mulheres são as mais prejudicadas quando se fala no desemprego, na precariedade, na pobreza..., a pobreza tem rosto de mulher..., elas são realmente este rosto da globalização que sofre mais...”.* (Dirigente UMAR)

*“Quando falamos ou agimos em torno da Política Agrícola Comum (PAC), da OMC, da Bolsa de Chicago, do FMI e do BM, estamos a agir sobre instituições da dita “globalização”, melhor dito, desta globalização “assassina” fruto de imposições comandadas pelas grandes multinacionais..., daí produzir efeitos nefastos tendo em conta os interesses dos povos e dos agricultores da agricultura familiar”.* (Dirigente CNA)

Apesar de as suas narrativas consubstanciarem uma visão crítica dos processos de globalização, também lhe reconhecem aspectos positivos (Apenas o dirigente da CNA pensa que estes aspectos positivos *“são completamente triturados pelo grande capital”*). Estes

---

<sup>18</sup> Horta criada com o apoio do GAIA, em Lisboa, entre os bairros da Mouraria e da Graça.



## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

relacionam-se com as características apontadas por diferentes autores (McDonald, 2002, 2006; Farro, 2002, 2004; Tilly, 2004; Tarrow 2005; Wiewiorka, 2008) como sendo peculiares das formas de acção colectiva contemporâneas: a utilização e o desenvolvimento das TIC, em especial da Internet, como um factor benéfico para a transformação de causas locais em causas globais, um meio de potenciar a capacidade de mobilização e de alargar as redes de interacção e de aproximação entre os movimentos sociais.

Mas é a *cultura das redes* (McDonald, 2002, 2006) nacionais e/ou internacionais, corporizada em modos de organização *fluidos* (Farro, 2002, 2004) e largamente associada às iniciativas alterglobalização, uma prática habitual da actividade das associações?

As entrevistas realizadas revelam que, em geral, os actores colectivos estão integrados em organismos nacionais e/ou internacionais institucionais relacionados com as suas esferas de acção mas, em certa medida, distantes dos modos de funcionamento das plataformas em rede. Por exemplo, a CGTP pertence à Confederação Europeia dos Sindicatos (CES). A CNA está representada na Coordenadora Europeia da Via Campesina. A SOLIM e o SOS pertencem à Migraeuropa e à Rede Europeia Anti-Racista. A AJPaz e o CIDAC pertencem à Plataforma Portuguesa das ONGD e participam na Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (ANIMAR). A UMAR está representada no Conselho Consultivo para a Igualdade e Direitos das Mulheres (CIDM). Na maioria dos casos, estas ligações mais formais do que informais não correspondem à sua participação nas iniciativas alterglobalização mas poderá significar uma orientação geral para um envolvimento crescente em organismos de representação comuns.

O envolvimento da maioria das associações em órgãos qualificados por uma cultura organizacional hierárquica, característica dos “velhos” movimentos sociais, pode constituir-se como um indicador de que os “novos” modos de construção da acção (Farro, 2002, 2004; McDonald, 2002, 2006), definidos como um dos traços distintivos da alterglobalização, estão escassamente representados na nossa investigação.

As associações que apresentam algumas características de actividade horizontal são as que referiram possuir, nos últimos tempos, uma maior preocupação para o desenvolvimento interno de grupos de trabalho em rede (UMAR e GAIA – que participa

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

na Plataforma Transgénicos Fora e na Massa Crítica) ou as que surgiram, desde a sua implementação, da interacção com redes internacionais.

Como exemplo do modelo de acção *fluido* e em *rede* (McDonald, 2002, 2006) destaca-se o exemplo das PR que se inspiram no modelo de acção directa das Panteras Rosa francesas (*Panthères Rose*). O próprio activista das PR considera que as TIC foram fundamentais para a sua inserção nas redes de activismo internacionais. No caso de grupos que desenvolvem o seu activismo com base em poucos recursos económicos, a utilização das TIC pode facilitar o acesso à informação e ao envolvimento em redes globais (Bennet citado por Tilly 2004). O membro da ATTAC também reconhece que a Internet acelerou a integração da secção portuguesa na plataforma internacional. Por último, aludimos à criação da Coordenadora Portuguesa da Marcha Mundial das Mulheres (MMM)<sup>19</sup> surgida no âmbito das iniciativas alterglobalização. Na rede portuguesa, a UMAR assume-se como uma das suas principais animadoras, mas participam também o grupo de trabalho das mulheres imigrantes da SOLIM e a AJPAZ. A dirigente da UMAR acredita ainda que as TIC potenciaram a difusão da rede feminista global. Apesar de a referência a redes de trabalho comuns não ser frequente nos discursos dos entrevistados, foram evocadas mutuamente formas de solidariedade e de inter-ajuda pelas associações ligadas aos temas da discriminação (género, sexual, étnica) e que apresentam um discurso construído em torno da defesa da *subjectividade identitária* (Farro, 2002, 2004).

### **5.2. Mobilização para a acção: envolvimento e participação no primeiro e segundo FSP<sup>20</sup>**

À excepção do CIDAC, cuja presença nos fóruns sociais alternativos ocorreu pela primeira vez no FSP, todas as associações/organizações participaram em eventos anteriores à realização do FSP, nomeadamente nos FSM e nos FSE. Os actores admitem que durante, estas iniciativas, desempenharam mais o papel de observadores atentos do que o de agentes activos na construção, por exemplo, de oficinas de discussão e reflexão temáticas (apenas a CGTP, a UMAR, no âmbito da MMM, e a AJPaz mencionaram ter

---

<sup>19</sup> A MMM é uma rede feminista internacional que engloba associações de vários países e que tenta empreender acções que ajudem a combater as situações de pobreza e de violência sobre as mulheres.

<sup>20</sup> Neste ponto, agregámos a análise das dimensões 3, 4, 5 do guião de entrevista.

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

realizado oficinas nos FSM). No entanto, consideram que já estavam mobilizados para as acções internacionais e que destes encontros surgiram interacções importantes, ainda que muitas vezes esporádicas, com associações de outros países.

Quanto ao FSP, os interlocutores dinamizaram activamente o seu processo de construção, participando quer nos grupos responsáveis pela sua organização, quer nos mecanismos de tomada de decisão, designadamente nas reuniões plenárias. À semelhança dos fóruns sociais alternativos realizados noutros países também o FSP tentou desenvolver um formato organizacional baseado em encontros “face-a-face” – reuniões e plenários entre os grupos de organização –, e em redes virtuais – foi criada uma *mailing list* e um sítio de divulgação e de disseminação das etapas de construção do evento.

O FSP pretendia incluir-se no espectro das acções colectivas alterglobalização, que se afirmam pela autonomia face à acção política partidária. O FSP adopta a Carta de Princípios do FSM, mas elimina a sua consideração que proíbe a participação activa dos partidos políticos. Assim, o evento, desde a sua criação, anulou a possibilidade de se formar como um campo de actuação exclusivamente pertencente às formas de associativismo independentes das forças partidárias. Outro indicador de que a chamada acção política institucional pode ter estado muito representada no FSP é que, de acordo com a lista oficial das representações associativas, das 237 organizações participantes cerca de 58 são associações sindicais, 7 são partidos políticos (Bloco de Esquerda, Partido Comunista Português, Partido Ecologista “Os Verdes”, Partido Humanista, PCTP-MRPP, PS - Juventude Socialista e o Núcleo do Partido dos Trabalhadores de Lisboa), seis são Câmaras Municipais (Moita, Matosinhos, Palmela, Santa Maria da Feira, Setúbal e Seixal) e duas são Juntas de Freguesia (Quinta do Anjo e Vale de Amoreira).

Além disso, o tema da participação activa dos partidos políticos (BE e PCP) ganhou especial relevância durante o processo de análise de conteúdo. A sua presença, de acordo com os testemunhos, sugere-nos que moldou e guiou a estruturação do FSP, os seus resultados e o seu futuro. No decorrer da realização das entrevistas, observou-se que a anuência em relação à presença dos partidos constituiu-se mais como o resultado de um processo de conformismo e de resignação do que de a transposição de uma prática pensada como muito positiva e benéfica para o conjunto das associações. Os discursos de

## **Expressões Alérgicas na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

alguns entrevistados deixam transparecer que a realização do FSP não teria sido possível sem a presença dos partidos políticos e que talvez, na sociedade portuguesa, as relações entre a esfera da acção partidária estejam intimamente imbricadas no domínio de outros modos de activismo. Tal como é mencionado por alguns interlocutores a proibição da entrada dos partidos conduziria a que estes se apresentassem através de outras organizações. Poderá assim existir uma confluência entre a militância partidária e outras práticas de associativismo, onde alguns indivíduos exercem um activismo multiparticipativo (assumido pelos membros da AJPaz e do SOS Racismo).

*“Foi um dirigente do BE quem defendeu a participação dos partidos, fomos apanhados um bocadinho de surpresa. Usou um argumento – que nós pensámos:” tem um bocado de razão”- , disse assim: “vocês decidem que os partidos não participam, tudo bem. No próximo plenário, eu apareço cá enquanto activista da organização XPTO. O melhor, para evitar esta falta de transparência, vamos assumir que os partidos participam”. (Membro CIDAC)*

*“Isto foi muito bem posto por um dirigente do BE: os partidos também lutam por um outro Portugal e também querem mudar a face das coisas e também têm princípios que se coadunavam quer do lado do PCP, quer do lado do Bloco, com aquilo que estava posto pelo FSP. Por outro lado, tinha uma vertente mais pragmática que era: a gente pode pôr de fora mas depois vão aparecer por outros meios, mais valia assumir a sua presença”. (Dirigente AJPaz)*

*“As pessoas, as que participámos (referindo-se aos membros da ATTAC), achámos que era mais benéfico, ter os partidos na sala e ouvirmos o que eles têm para dizer do que termos que permanentemente identificar os porta-vozes que iam surgir. As poucas tentativas que houve de os partidos não poderem entrar foram super mal aceites. Mesmo para as pessoas que não eram de nenhum partido não era claro que pudéssemos blindar um partido, se isso era legítimo”. (Membro ATTAC)*

*“A partir do momento em que os partidos podem participar há uma transparência de participação, mas instala-se uma conflitualidade política dentro das reuniões. Sem dúvida que não tendo os partidos representados não era necessariamente melhor porque criava outra situação que era a de que os partidos utilizariam militantes seus para fazerem a mesma guerra”. (Dirigente CGTP)*

## **Expressões Alérgicas na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

*“Criou-se uma certa dicotomia entre os movimentos sociais e os partidos: é que os próprios movimentos queriam ter autonomia e não tinha que haver um domínio dos partidos. Nunca estivemos contra o facto de os partidos participarem no FSP, não é nada disso que se pretende, é apenas deixar o espaço próprio aos movimentos sociais que são frágeis em Portugal”.* (Dirigente UMAR)

Contudo apenas três interlocutores (CIDAC<sup>21</sup>, GAIA e PR) discordam da participação activa dos partidos políticos ou afirmam que estes deveriam ter-se apresentado somente enquanto observadores. O CIDAC, o GAIA, as PR e as SOLIM (embora esta associação ao contrário das demais não se oponha à participação dos partidos) evocam alguns exemplos onde reforçam o seu desejo pela afirmação do FSP como um espaço independente e autónomo dos partidos políticos, principalmente porque também acreditam que, em Portugal, os movimentos sociais são frágeis.

*“O nosso objectivo era o de desenvolver e a afirmar a autonomia do movimento social. Uma das lições que tiro deste processo é que iniciativas onde se misturem partidos e movimento social ou são muito específicas, ou então não há misturas”.* (Membro CIDAC)

*“... pela razão pela qual eu acho que não devem participar, é que já têm o seu próprio de apresentar as ideias e são sempre dominantes em relação aos movimentos. Quando um partido entra num fórum, todo o discurso vai-se focar nos partidos e vai-se travar uma batalha partidária. Isso faz com que todos os movimentos que estão ali a colocar a sua energia, que não é muita em Portugal, toda a sua agenda acaba por ser ensombrada pela agenda dos partidos”.* (Activista GAIA)

*“O aspecto mais negativo foi o da partidocracia. Nós não temos uma democracia, em Portugal, temos uma partidocracia, é uma diferença”.* (Activista PR)

*“Os aspectos mais negativos foi a disputa política pela hegemonia e o controle político do FSP e, de certa forma, tentámos evitar isso. Não aceitámos ordens de ninguém, a nossa dinâmica é a de não nos vendemos a ninguém”.* (Presidente SOLIM)

---

<sup>21</sup> Embora o CIDAC admita que, no início, apesar de manifestar alguma desconfiança, compreendeu os motivos conducentes à participação dos partidos políticos no FSP.

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

Os membros do SOS e da AJPAZ optaram por assumir a sua militância partidária e foram mais cautelosos e apaziguadores nas suas intervenções sobre os partidos políticos, nomeadamente sobre o BE onde desenvolvem a sua actividade política:

*“Eu sou militante do BE. Eu acho que o BE teve erros gravíssimos no FSP: por um lado, aceitar a chantagem do PC, por outro, às vezes tinha as mesmas atitudes que o PC (referindo-se à chantagem que considera que o PC efectuou sobre as associações). Acho é que o BE tem a capacidade de aprender”.* (Presidente SOS)

*“Hoje, acredito que os dois tentaram, de alguma forma, a sua manipulação, o seu protagonismo. Se o fizeram com maldade, se o fizeram porque era o que estava certo, não me vou meter por aí. E não era tanto de enfrentamento entre eles, era mesmo criar um espaço de afirmação, poder dizer quem era o orador mais adequado...O PCP de uma forma mais explícita, também imagino por causa da máquina que tem, o BE de uma forma menos implícita porque não tinha máquina e não tem até hoje para isso”.* (Dirigente AJPaz)

Os interlocutores do CIDAC e das PR pensam que o primeiro FSP se caracterizou como um espaço de confronto entre os dois partidos políticos (BE e PCP). Nas suas reflexões, este foi o principal motivo que possibilitou a realização do evento e, ainda que seja aparentemente contraditório, uma participação mais autónoma das associações.

*“No 1º FSP como havia o PC e o BE, que estavam ali em guerra, nós fazíamos como o fiel de balança e conseguimos fazer passar imensas propostas por causa disso.”* (Membro CIDAC)

*“O 1º FSP teve muita liberdade e os movimentos puderam fazer conhecer-se, propor iniciativas porque havia um equilíbrio entre partidos (BE e PCP), uma espécie de acordo ou impasse. Portanto, enquanto eles ficaram ali, nós fizemos coisas”.* (Activista PR)

Apesar de estes exemplos denunciarem que os partidos poderão ter assumido um protagonismo excessivo no processo de construção do FSP, os entrevistados, no seu conjunto, negam que tenha existido qualquer tipo de submissão das suas identidades. Farro (2002:4) defende que, nas acções alterglobalização, é mediante a construção de

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

uma relação dialéctica, onde todos pretendem “afirmar a diferença, mas também ser reconhecidos como iguais e como partes constituintes do movimento”, que os actores vão construindo a sua posição, o seu espaço de relações e afinidades dentro do movimento. No caso do FSP, associações como a UMAR ou as PR sentiram necessidade de afirmar a sua identidade e o seu espaço de intervenção devido à ocorrência de dinâmicas de resistência interna.

*“Apresentámos uma lista de mulheres porque queríamos colocar paridade nos debates. Aquilo foi muito difícil porque a resistência a que as mulheres ocupem um maior espaço de afirmação é muito grande. Foi um grande problema, mas também impusemos algumas regras dentro do FSP. O movimento LGBT foi um movimento muito aliado nessas questões”.* (Dirigente UMAR)

*“Há uma expressão da declaração de Coimbra que nós alterámos. A declaração dizia às tantas: “nós, homens e mulheres, não sei quê...”. Nós dissemos: “não podemos pôr só pessoas? É mais do que homens e mulheres!”. Ficou tudo a olhar para nós: “vocês estão a falar do quê”? Porque nunca lhes tinha passado pela cabeça, nunca ninguém tinha confrontado um sindicalista: “desculpem lá, há outras pessoas que não se consideram homens e mulheres, portanto, essa expressão tem que sair”.* (Activista PR)

Atributos como *desgastante*, *cansativo* e *esgotante* caracterizam os discursos sobre a edificação e organização do FSP. Além das contendas entre os partidos políticos, os entrevistados aludem também à dificuldade em regular as tensões resultantes da presença da multiplicidade das identidades colectivas e das suas agendas temáticas. O problema da combinação entre a diversidade de identidades e a consequente grandeza dos temas propostos para discussão é, em geral, comum a todos os fóruns sociais alternativos e, em especial, ao FSM (Santos, 2005).

*“Se calhar nem sempre tivemos a tolerância para gerir essa diversidade, houve momentos de fricção absoluta, estarmos na frente feminista e também na LGBT e haver uma associação de agricultura que não tem nada estes temas na agenda...; no global, concordar com tudo é muito fácil, concordar com a carta de Coimbra, mas na prática organizar isto num espaço, num programa, numa agenda, houve conflitos profundos”.* (Dirigente AJPaz)

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

Mas esta mesma pluralidade de identidades, característica dos eventos alterglobalização (Farro, 2002, 2004) é encarada por todos como um dos aspectos mais positivos do primeiro FSP.

*“Pela primeira vez, em Portugal, juntámos o maior número possível de organizações da sociedade civil para discutirmos problemas transversais a todos e também à própria humanidade”.* (Presidente SOLIM)

*“O aspecto mais positivo foi a possibilidade de trabalhar com outros e de falar das outras discriminações”.* (Presidente SOS)

A tentativa da construção de uma *cultura das redes* (McDonald, 2002, 2005) e de acções conjuntas entre as associações é também referida como tendo sido proporcionada pelo primeiro FSP.

*“Foi, até 2003, um espaço com muita energia, com muita proposta, com muita capacidade de mobilização de pessoas, criaram-se redes como muito pouco se tinha visto em Portugal”.* (Dirigente AJPaz)

*“Foi mesmo esta abertura de uma série de organizações para passarem a trabalhar em rede. Basicamente foi isso, foi os contactos, foi os espaços em comum, perceber que aquela pessoa ao lado tem um discurso que se encaixa no nosso”.* (Membro ATTAC)

Durante o período de preparação do primeiro FSP, a AJPaz, a UMAR em parceria com outras associações de defesa dos direitos sexuais, criaram a Rede Lilás com a finalidade de intervir conjuntamente no FSP e de difundir a MMM em Portugal. Segundo as entrevistadas, a Rede Lilás foi se transformando progressivamente na Coordenadora Portuguesa da Marcha Mundial das Mulheres. A ATTAC, o CIDAC e o GAIA formaram, com outros actores, o grupo Afinidades (que actualmente já não existe) cujo objectivo era desenvolver iniciativas entre associações que partilhassem o mesmo grau de autonomia face aos partidos políticos.



## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

*“O grupo Afinidades era um grupo de algumas organizações que depois foi fazendo algumas coisas juntos e que tinha esta perspectiva: vamos definir a nossa agenda sem interferências de mais ninguém”.* (Membro ATTAC)

Outro aspecto interessante foi o facto de o FSP se ter constituído como a principal via para o começo de novas interações entre as associações LGBT e a CGTP. Embora o dirigente da CGTP afirme que a abertura aos temas LGBT seja objecto de divergências no interior da sua organização.

*“Em 2003, foi o primeiro grande contacto entre o movimento gay e lésbico e o movimento sindical. Entrámos com o pé direito porque a CGTP organizava uma greve geral e estava em contexto de FSP a ir buscar apoio. Mandámos um fax, em nome do conjunto das associações LGBT, de apoio à greve geral. Acho que isto simboliza muito a nossa presença no fórum, ou seja, não estávamos ali a olhar para direitos LGBT corporativos.* (Activista PR)

*“A CGTP participou nas marchas do orgulho gay em Lisboa. Participou porque o movimento dos fóruns permitiu o contacto com organizações, com gente que nunca tinha tido lugar até aí. Foi pacífico, é fácil? Não, nem sequer se pode dizer que tenha continuado em apogeu. Como consequência dessa abertura, criou-se um departamento que já não é o departamento da igualdade de género, é o departamento das igualdades todas, isso são aspectos positivos mesmo que alguns dos nossos dirigentes possam não ter consciência disso”.* (Dirigente CGTP)

Apesar das dissensões que atravessaram o primeiro FSP os entrevistados afirmam que foi a primeira vez que se realizou, na sociedade portuguesa, um evento desta natureza com a finalidade de se integrar nas dinâmicas colectivas alterglobalização, intersectar identidades distintas e trabalhar conjuntamente diferentes temas. Os actores afirmam que se constituiu como um espaço frutífero em termos de aprendizagem e de interconhecimento mútuos. Após o primeiro FSP, a participação dos partidos políticos continuou a delinear a agenda do FSP. Esta constatação é retirada de um documento oficial onde se pode ler que: “É do conhecimento geral que, em Portugal, os partidos políticos participam no Fórum. Se o Fórum Social Português se quer afirmar como espaço de liberdade plena em que todos os participantes apresentam projectos, partilham experiências, socializam ideias, criam complementaridades e alargam parcerias, reforçar

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

a autonomia do processo iniciado em 2003 em relação à agenda político-partidária é fundamental” ([www.forumsocialportugues.org](http://www.forumsocialportugues.org)). Este objectivo parece não ter sido atingido, em 2006, com a realização do segundo FSP. Este foi marcado quer pela desistência de algumas das associações participantes no primeiro, quer por níveis de adesão dos cidadãos muito inferiores, que afectaram a própria dimensão do evento. O conjunto dos actores não atribui à segunda edição do FSP as mesmas qualidades positivas que concede à primeira e perspectiva as suas dinâmicas de organização, acção e debate como muito menos interessantes. Um dado importante é o de determinados entrevistados transportarem memórias mais vagas relativamente ao segundo FSP (AJPaz, ATTAC, SOS) embora a sua data de realização seja mais recente, demonstrando assim que o seu envolvimento na realização do evento foi menos activo. Contudo, os actores afirmam que as ligações estabelecidas com outras associações durante o primeiro FSP não foram afectadas pelos factores de desmobilização.

Alguns testemunhos transportam a ideia de que no primeiro FSP a disputa política entre o BE e o PCP possibilitou a sua realização. Esta contenda, apesar de parecer determinar a sua direcção organizativa, deixou algum espaço livre para as associações organizarem e realizarem as suas iniciativas. Assumindo-se que esta disputa deixou de existir no segundo FSP, devido a um menor envolvimento do BE na sua organização, é considerado que o evento sofreu um processo de hegemonização por parte do PC e que os movimentos sociais, devido às suas fragilidades estruturais, não conseguiram evitar o seu controlo político. Segundo algumas associações, o evento possuiu o apoio institucional da Câmara Municipal de Almada, foi maioritariamente organizado pelas associações de Almada e instrumentalizado pelo PCP. Nas suas opiniões, estes fenómenos estão na origem do fim da dinâmica do FSP e conduziram a que não se propusesse a realização de um terceiro FSP. Estes testemunhos sugerem-nos que o sucesso ou insucesso do FSP dependeu dos partidos políticos e que uma iniciativa que tinha como finalidade simbolizar e representar, na sociedade portuguesa, as acções alterglobalização foi cooptada pela acção política institucional.

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

*“O problema do 2º FSP é que a rapaziada do BE saltou e nós ficámos sozinhos com o pessoal do PC. Enquanto no 1º FSP não tinha havido hegemonização de um partido sobre o processo, no 2º houve e isso foi matar o processo em definitivo”<sup>22</sup>.*

*“No 2º FSP, participámos na organização mas, a certa altura, já não tinha muita paciência para o processo porque estava completamente controlado pelo PCP e não tinha qualquer interesse. Achei que estava tão sozinho naquelas reuniões, ia aos plenários mas às reuniões do grupo local não valia a pena”.*

*“Em Almada, a tendência maioritária presente era a do PC. Em Almada, há n comissões de utentes, associações disto e daquilo. Foi um fórum muito fraco, eu chamaria àquilo o fórum de Almada e não o FSP”.*

Um activista relata ainda que a sua experiência ficou marcada pelo conflito devido a uma acção que abarcou situações de confronto directo e desencadeou a sua expulsão do evento:

*“Em toda a cidade de Almada, e sobretudo na zona do FSP, fizemos uma campanha de 40 cartazes, eram muito provocadores: “movimento verdadeiro dispensa controleiro; as 3 doenças infantis do movimento social em Portugal: legalismo, medo de ousar e subsídio-dependência. Uma organização começou a arrancar os cartazes que diziam: “mulher transsexual a mesma coisa ou qual é a diferença?”. Esta organização foi falar com a organização do FSP e minutos depois havia pessoas da organização a arrancar todos os cartazes”.*

### **5.3. Movimentos alterglobalização: ser ou não ser?**

Os fóruns sociais alternativos e os protestos alterglobalização podem ser equacionados como representantes de práticas de cidadania cada vez mais transnacionais, mas a pluralidade de identidades e de orientações temáticas contribui para que alguns autores lhe reconheçam fragilidades no alcance das reivindicações avançadas e na edificação de uma dinâmica de acção mais propositiva (Wieviorka, 2003, 2008; Tarrow, 2005). Estes

---

<sup>22</sup> Por razões de protecção do anonimato dos entrevistados (instituições e pessoas), não identificámos os agentes destes excertos de discursos.

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

factores podem contribuir para o esmorecimento das dinâmicas alterglobalização (Le Bot, 2008).

Sendo os nossos interlocutores participantes assíduos nos fóruns sociais alternativos internacionais, era importante conhecer as suas representações sobre a possibilidade da existência de um movimento à escala global. À excepção do dirigente da CNA, a maioria dos interlocutores tende a considerar que existe um movimento alterglobalização a nível internacional, mas que as suas acções atravessam um período de menor dinamismo e estão actualmente mais enfraquecidas. Somente os membros do CIDAC e do GAIA apresentam perspectivas mais optimistas face ao seu futuro, embora tanto este activista como o dirigente da CGTP demonstrem algum cepticismo face aos FSM. O último alude ainda à formulação de propostas alternativas dispersas como uma incapacidade para influenciar as decisões das instâncias políticas e económicas.

*“A nível internacional, não há um movimento alterglobalização organizado porque as organizações de massas não estão, hoje, particularmente envolvidas de forma sistemática. Há uns conhecidos “alter-qualquer-coisa” que se representam a eles próprios quando a comunicação social lhes dá relevo”. (Dirigente CNA)*

*“Sim, existe movimento alterglobalização. Se formos consultar o site dos FSMs, verificamos que existem iniciativas mas não com a grande esperança que constituíram os primeiros fóruns”. (Dirigente UMAR)*

*“A nível internacional existe. Estamos de tal maneira a dar os primeiros passos que acho que ainda é cedo para estar a ser crítico. A mim parece-me que a experiência ainda é de tal maneira reduzida, 9 anos não é nada. Daqui a 15, 20 anos já somos capazes de perceber um pouco melhor”. (Membro CIDAC)*

*“Existe um movimento muito forte e cada vez maior. Embora ache que os fóruns sociais já estão em decréscimo porque existem outro tipo de dinâmicas mais temáticas que aproveitam os grandes eventos, como o G8, para organizar os eventos paralelos, para fortalecer essas redes. Mas acho que as redes estão muito fortes, há muita solidariedade internacional.” (Activista GAIA)*

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

*“Eu tive no FSM de Belém, aquilo teve 3000 iniciativas, uma dispersão, uma falta de sistematização das coisas. Depois a gente ouviu gente do Comité Internacional a dizer em plenas mesas de debate: “isto não tem pés nem cabeça, isto é o fim do FSM”. Eu acho o modelo interessante, não digo a organização e o funcionamento, e não vislumbro como é que há-de ser de outra maneira. Agora, aquilo não tem eficácia do ponto de vista das decisões e da construção de alternativas.” (Dirigente CGTP)*

A confluência de associações e ONGs portadoras de identidades distintas para tentar discutir problemáticas conjuntas e a sua capacidade para conceber redes de acção transnacionais são perspectivadas como os aspectos mais positivos e inovadores dos eventos alterglobalização.

*“Uma das principais questões foi ter dado esperança às pessoas, que era possível pessoas de diferentes visões políticas juntarem-se, ou seja, mostrou que a diversidade não é um fenómeno que dê origem a dispersão. Essa própria diversidade ajuda a construir movimentos em torno de algumas questões comuns como foi o caso da guerra no Iraque e outras.” (Dirigente UMAR)*

Por outro lado, existem actores que procuram, nas acções alterglobalização, espaços emancipatórios, que lhes permitam assertar as suas identidades e expor publicamente as suas características e diferenças não reconhecidas e discriminadas pela sociedade em geral (Farro, 2002).

*“O que eu aprecio mais é mesmo esta lógica de multiplicidade de agendas. Isto é absolutamente herdeiro do FSM: ninguém pode falar do movimento homossexual a não ser os homossexuais, eu não posso falar em nome dos imigrantes porque não sou imigrante. É uma lógica emancipadora das identidades que são mais discriminadas dentro dos próprios movimentos”. (Activista PR)*

Para os activistas do GAIA e das PR, as principais fragilidades das acções alterglobalização relacionam-se com a sua proximidade aos poderes políticos institucionais. Estes actores defendem um paradigma de acção colectiva anti-sistema característico dos grupos de acção directa juvenis (McDonald, 2002, 2006). Ao invés, para os restantes interlocutores, as suas principais debilidades ligam-se a uma das

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

particularidades que é simultaneamente avaliada como muito positiva – a *diversidade de identidades*.

*“É preciso cada vez mais ignorar o espaço de poder, existem partidos que fazem o seu trabalho nesse espaço de poder. Os movimentos sociais podem confrontar o poder mas não tentar influenciar o poder para que ele altere as suas políticas, porque não vai alterar. O que temos de fazer é construir espaços de poder próprios”.* (Activista GAIA)

*“A grande falha é não conseguirmos construir alianças permanentes, porque enquanto organização feminista por mais que eu seja solidária com as questões do trabalho, eu não posso dividir a minha agenda e estar permanentemente nas questões pacifistas, ambientalistas, estar permanentemente em aliança com”.* (Dirigente AJPaz)

Considerando que o destino de o FSP ficou dependente da acção partidária e sem perspectivas de se realizar uma terceira edição, dificilmente os entrevistados poderiam considerar a existência, na sociedade portuguesa, de uma agenda alterglobalização concertada e organizada entre diferentes associações. Alguns entrevistados reconhecem que, apesar de possuírem preocupações em torno dos problemas da globalização, as suas práticas associativas têm dificuldade em se inserir nas suas dinâmicas.

*“Existem coisas esporádicas, atitudes e acções. A nível do que é chamado movimento alterglobalização nem sequer o SOS Racismo tem feito muita coisa”.* (Presidente SOS)

*“Existem algumas organizações, mas movimento não. O que é que podia ter gerado um movimento alterglobalização em Portugal? Era uma experiência positiva dos FSP. A experiência não resultou, não potenciou os movimentos”.* (Dirigente CGTP)

*“Acho que não porque não têm as dinâmicas dos movimentos alterglobalização de outros países. Podemos dizer que a SOLIM se enquadra nos princípios desse movimento, mas as práticas é que estão ainda longe. Algumas dinâmicas são feitas por nós ou pelo GAIA, mas são muito incipientes.”* (Presidente SOLIM)

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

“Hoje, nada existe com potencial real embora certas organizações, como a CNA ou a CGTP, se virem interesse nisso, possam “detonar” um processo semelhante ao FSP. Mas não está na ordem do dia”. (Dirigente CNA)

### **6. Considerações Finais**

As tradições teóricas consagradas na sociologia dos movimentos sociais e da acção colectiva têm partilhado o interesse pelo debate em torno dos movimentos alterglobalização. Como tem sido reiterado, as diferentes abordagens congregam-se na importância conferida às TIC no desenvolvimento do carácter transnacional dos movimentos sociais da actualidade, mas distinguem-se na discussão sobre a possível emergência novas formas de acção colectiva.

Farro (2002, 2004) e McDonald (2002, 2006), próximos dos contributos da teoria accionalista, colocam o seu enfoque analítico em temas como a fluidez dos modos de organização e a importância da afirmação da subjectividade identitária na construção das acções. McDonald (2002, 2006) defende que estes atributos apelam a mudanças conceptuais sem as quais é difícil compreender os “novos” conflitos sobre a globalização, nomeadamente os que envolvem actores específicos como os grupos de acção directa juvenis. Autores como Tarrow (2005) e Tilly (2004) consideram que estas acções representam sobretudo uma transposição do *contencioso político* emergente no espaço nacional para o internacional. Colocando esta hipótese, os conceitos de movimento social e identidade colectiva, em torno dos quais têm surgido as principais divergências analíticas entre a “tradição europeia” e a “tradição norte-americana”, tornam-se ainda mais difíceis de operacionalizar.

A complexidade das análises aumenta quando estamos perante uma teia de acções que juntam identidades provenientes de diferentes tradições de luta e imbuídas de múltiplos significados de acção. Esta mesma teia de conexões traduz-se na dificuldade em desmistificar as relações de poder e as dinâmicas de liderança estabelecidas entre os actores. A profusão das identidades acarreta também uma dispersão das suas formas de contestação e de proposição (Le Bot, 2008; Wieviorka, 2008), assim como se torna mais difícil de avaliar a *estrutura de oportunidade política* transnacional (Tarrow, 2005).

## **Expressões Alérgicas na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

Este conjunto de análises teóricas, surgidas no quadro dos chamados países centrais, é também difícil de adaptar ao contexto da sociedade portuguesa. Assim, a tentativa de enquadramento do objecto de estudo empírico no âmbito das teorias seleccionadas, nem sempre possível, não se constituiu como uma tarefa fácil. Não é possível considerar que, à semelhança de outros países, exista uma extensão do contencioso político surgido no espaço doméstico para o internacional. O universo restrito da nossa pesquisa, sugere-nos que, a nível nacional, ocorre um processo inverso, ou seja, a expressão de “novas” formas de mobilização colectiva (de actividade em rede ou de participação em plataformas de acção internacionais) – sendo que a adjectivação “novas” é sempre discutível –, despoleta de relações orientadas do exterior para o interior, ou seja, por influência do contexto e da participação em acções internacionais. Alguns factores como os baixos níveis de associativismo e de uma fraca propensão para a participação cívica ou ainda dos “velhos” e “novos” movimentos sociais terem despoletado simultâneo podem ajudar a explicar estes fenómenos (Santos, 1994). Contudo, o estudo das novas formas de mobilização colectiva existentes na sociedade portuguesa não se esgota na análise ao FSP pois existem associações, com níveis de internacionalização das suas esferas de actuação, que não participaram no evento. Um estudo mais aprofundado requeria alargar a pesquisa a outros actores e descentralizar a perspectiva da participação nos fóruns sociais alternativos a outras temáticas sobre a evolução do perfil organizacional das associações, das suas estratégias de internacionalização e da sua inclusão em parcerias e redes de actuação transnacionais.

O destino do FSP parece ter sido pautado pela intervenção dos partidos políticos, nomeadamente do BE e do PCP. Nas eleições legislativas de 2009, o BE estabeleceu-se como o quarto partido político com maior representação na Assembleia da República, ultrapassando o PCP [respectivamente 9,81% (16 deputados) e 7,86% (15 deputados)]. Mas, em 2003, aquando da realização do primeiro FSP, os dois partidos políticos tinham um peso eleitoral diferente do actual no panorama político institucional: nas eleições legislativas de 2002 (um ano antes da realização do primeiro FSP), o PCP e o BE obtiveram respectivamente 6,94% (12 deputados) e 2,74% (3 deputados) da totalidade



## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

dos votos<sup>23</sup>. Ter-se-á manifestado o FSP um palco de disputa e conquista eleitorais? E sendo a realização do segundo FSP em Almada, uma cidade histórica e tradicionalmente comunista, os resultados de um envolvimento activo do BE, tendo em conta os *custos-benefícios* da acção (Scott, 2001), seriam-lhe pouco compensatórios?

Estas são algumas questões que hipoteticamente poderão ser relacionadas com a intervenção dos partidos políticos. Optámos por não os entrevistar porque o nosso objectivo inicial era o de explorar a expressão das acções alterglobalização auto-definidas como alternativas aos seus modos de actuação. O rumo da pesquisa empírica orientou-nos para a problematização do desempenho dos partidos políticos. Como já dissemos, o FSP definiu-se e regeu-se pela carta de princípios do FSM, mas alterou-a relativamente à possibilidade de inclusão activa dos partidos políticos. Esta observação aponta, desde logo, para uma contradição inicial: como é que se pretende ser um espaço alternativo à esfera política institucional e se permite simultaneamente que os seus representantes participem no seu processo de construção e organização?

As debilidades da acção colectiva ficaram claramente retratadas no estudo sobre FSP onde se denotou uma fraca autonomia das esferas de actuação das associações face aos partidos políticos. Santos (1994) coloca a hipótese exploratória de que, na sociedade portuguesa, possa ocorrer a *superpolitização* dos movimentos sociais e um processo de cooptação de formas de acção colectiva surgidas no exterior da actividade dos partidos políticos. Será que as formas de acção colectiva, auto-definidas como alternativas ao espaço político institucional não surgirão, desde o seu início, em Portugal, com fortes ligações aos partidos? Ou estará a *estrutura de oportunidade política* (Tarrow, 2005) pouco aberta e favorável ao surgimento de novos espaços de acção colectiva? Estarão as causas que se ocupam dos temas materialistas e pós-materialistas grosso modo divididas entre os campos políticos do PCP e do BE, e incluídas na suas agendas partidárias, existindo, muitas vezes, uma confluência entre militantes dos partidos políticos e membros de associações que se auto-afirmam como sendo independentes dos interesses políticos? Estes são temas que poderão ser explorados futuramente noutros caminhos de investigação.

---

<sup>23</sup> Em 2005 (um ano antes da realização do segundo FSP), os resultados eleitorais traduziam alguma aproximação: o PCP obtinha 7, 54% (14 deputados) e o BE 6, 35% (8 deputados) dos votos (www.cne.pt).

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

Mas apesar de as fragilidades dos “movimentos sociais” em Portugal serem uma alusão constante nos discursos dos entrevistados, estes retêm representações positivas em relação ao primeiro FSP, reforçando o exemplo de que, pela primeira vez, um conjunto de diferentes associações propôs construir uma iniciativa sob a insígnia alterglobalização. A pluralidade dos actores, à semelhança de outros eventos alterglobalização de maior dimensão, gerou divergências mas também originou novas interacções entre associações e a tentativa de construção de redes de actuação comuns (como a rede Lilás, que se transformou progressivamente na Coordenadora Portuguesa da MMM e o grupo Afinidades ou ainda o surgimento das PR no quadro das interacções estabelecidas nos fóruns sociais alternativos internacionais). Outro exemplo interessante é o das interacções entre as associações LGBT e sindicais, que resultou com início da participação da CGTP na marcha do orgulho gay.

Sem dúvida que a possibilidade de uma maior integração das associações portuguesas no espaço mundial é facilitada pela sua participação nas acções de contestação internacionais e pelas redes suportadas pelo desenvolvimento das TIC, mas, no âmbito da pesquisa empreendida, as conclusões apontam para a existência, no cenário nacional, de *ecos* de novas formas de acção colectiva que se vão desenhando nos palcos internacionais.

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

### **Bibliografia:**

Aguiton, Christophe (2002), *O mundo nos Pertence*, S. Paulo, Editora Viramundo.

Barreto, António (2002), *Tempo de Incerteza*, Lisboa, Relógio D'Água.

Bello, Walden (2007), “The Forum at the Crossroads”, (Online), disponível em: <http://www.fpif.org/fpifxt/4196>

Cabral, Manuel Villaverde (2000), *Cidadania Política e Equidade Social*, Oeiras, Celta.

Cabral, Manuel Villaverde (2004), “Confiança, mobilização e representação política em Portugal”, em André Freire, Marina Costa Lobo, Pedro Magalhães (orgs.), *Portugal a votos. As eleições legislativas de 2002*, Lisboa, ICS.

Castells, Manuel (1999), *L'ère de L'information*, Vol. II: *Le pouvoir de l'identité*, Paris, Fayard.

Cruz, Manuel Braga da (1995), *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Vendas Novas, Bertrand Editora.

Diani, Mario (2003), “O contributo da comunicação mediada por computador na dinâmica social das comunidades”, em José Rebelo (coord.), *Novas Formas de Mobilização Popular*, Porto, Campo das Letras.

Estanque, Elísio (1999), “Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 55, pp. 85-111.

Farro, Antimo (2002), “Conflicts of the globalisation movement”, comunicação apresentada no XIV Congresso Mundial de Sociologia, Julho de 2002, Brisbane.

Farro, Antimo (2004), “Actors, Conflicts and the Globalization Movement”, *Current Sociology*, (Online), Vol. 52. disponível em: <http://csi.sagepub.com/cgi/content/refs/52/4/633>

Ghiglione, Rodolphe; Matalon, Benjamin (1997), *O Inquérito – Teoria e Prática*, Oeiras, Celta.

Le Bot, Yvon (2008), “Orientamenti e significati del movimento anti/alterglobal. Prospettive transatlantiche e influenze del movimento zapatista” em Antimo L. Farro e

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

Paola Rebughini (a cura di), *Europa alterglobal. Componenti e culture del “movimento dei movimenti” in Europa*, Milano, Franco Angeli.

Lelandais, Gülçin Erdi (2008), “Editorial, Altermondialisme(s) oublié(s)”, *Cultures & Conflits*, (Online), 70, disponível em: <http://www.conflits.org/index12213.html>

McDonald, Kevin (2002), “From solidarity to fluidarity: social movements beyond collective identity – the case of globalisation conflicts”, comunicação apresentada no XIV Congresso Mundial de Sociologia, Julho de 2002, Brisbane.

McDonald, Kevin (2006), *Global Movements. Action and Culture*, Oxford, Blackwell Publishers.

Melucci, Alberto (1996), *Challenging codes. Collective action in the information age*, Cambridge, Cambridge University Press.

Mendes, José Manuel, Ana Maria Seixas (2005), “Acção colectiva e protesto em Portugal: os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002)”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 72, pp. 99-127.

Nunes, Cristina (2004), *Os Movimentos Alterglobalização e o Fórum Social Mundial*, dissertação de Licenciatura em Sociologia e Planeamento, Lisboa, ISCTE-IUL.

Porta, Donatella della, e Mario Diani (1999), *Social Movements. An Introduction*, Oxford, Blackwell Publishers.

Porta, Donatella della (2008), “L’altermondialismo et la recherche sur les mouvements sociaux. Quelques réflexions », *Cultures & Conflits*, (Online), nº 70, disponível em : <http://www.conflits.org/index12293.html>

Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, Porto, Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2003), “The World Social Fórum: toward a counter-hegemonic globalization, comunicação apresentada no XXIV Congress of the Latin American Studies Association, Dallas.

Santos, Boaventura de Sousa (2005), *O Fórum Social Mundial – Manual de Uso*, Porto, Afrontamento.

Schmitter, Philippe C (2004), *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS.

Scott, John (2001), “Protest and collective mobilisation”, em John Scott, *Power*, Cambridge, Polity.

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

Seoane, José; Taddei, Emilio (orgs.) (2001), *Resistências Mundiais – De Seattle a Porto Alegre*, Petropolis, Vozes.

Tarrow, Sidney (2005), *The New Transnational Activism*, Cambridge, Cambridge University Press.

Tilly, Charles (1999), “Conclusion. From interactions to outcomes in social movements”, em Marco Giugni, Doug McAdam e Charles Tilly (orgs), *How Social Movements Matter*, Minneapolis, The University of Minneapolis Press.

Tilly, Charles (2004), *Social Movements 1768-2004*, United States, Paradigm Publishers.

Touraine, Alain (1984), *O Retorno do Actor*, Lisboa, I. Piaget.

Touraine, Alain (1997), *Iguais e Diferentes, Poderemos Viver Juntos?*, Lisboa, I. Piaget.

Vala, Jorge (1986), “A análise de conteúdo”, em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.

Wieviorka, Michel (2003), “Os movimentos antimundialização”, em José Rebelo (coord.), *Novas Formas de Mobilização Popular*, Porto, Campo das Letras.

Wieviorka, Michel (2008), “Movimenti, nuovi movimenti, movimenti globali”, em Antimo L. Farro e Paola Rebughini (a cura di), *Europa alterglobal – Componenti e culture del “movimento dei movimenti in Europa*, Milão, FrancoAngeli.

Sites consultados:

[www.cne.pt](http://www.cne.pt)

[www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br)

[www.forumsocialportugues.org](http://www.forumsocialportugues.org)

## **ANEXOS**

## **I. GUIÃO DE ENTREVISTA**

### **ASSOCIAÇÕES/ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES NO 1º e 2º FÓRUM SOCIAL PORTUGUÊS**

#### **1. CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO/ASSOCIAÇÃO**

1.1. Data da fundação:

1.2. Nº de sócios/activistas:

1.3. Financiamento:

1.4. Funções desempenhadas pelo entrevistado na organização:

1.5. Quais são os objectivos e projectos principais da vossa organização?

#### **2. SIGNIFICADOS E ESFERAS DE ACTUAÇÃO SOBRE OS TEMAS DA GLOBALIZAÇÃO**

2.1. Nos vossos projectos de intervenção, estão incluídos temas relacionados com os processos de globalização?

2.2. Se sim, a que níveis (local, regional ou global) e através de que formas de actuação (e.g. participação em campanhas via Internet, campanhas de sensibilização de acção directa, etc.)?

2.3. A organização actua em colaboração com outras organizações nacionais e/ou internacionais com esferas de actuação idênticas ou diferentes da vossa?

2.4. Se sim, a que níveis e através de que formas de actuação?

2.5. Como é que a vossa organização caracteriza os processos de globalização (focar as diferentes dimensões (económica, política, social e cultural) e os aspectos encarados como positivos e negativos)?

#### **3. PARTICIPAÇÃO NAS INICIATIVAS ALTERGLOBALIZAÇÃO ANTERIORES À REALIZAÇÃO DO 1º FÓRUM SOCIAL PORTUGUÊS**

3.1. A vossa organização participou em manifestações e/ou fóruns sociais alternativos em períodos anteriores à realização do 1º Fórum Social Português? Se sim, em quais? **(Se não passar para a questão 4.1.)**

3.2. Como é que se desenvolveu a participação da vossa organização nesses eventos? (Por exemplo, nos fóruns sociais alternativos, tiveram uma participação activa, envolvendo-se na organização do evento e/ou organizaram oficinas de trabalho? Ou participaram mais na qualidade de observadores?)

## **Expressões Alérgicas na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

**3.3.** A vossa participação contribuiu para alargar a vossa rede de contactos com outras organizações?

**3.4.** Se sim, actualmente ainda mantêm esses contactos? Esses contactos desencadearam formas de actuação conjuntas? Se sim, a que níveis e através de que meios de actuação?

### **4. PARTICIPAÇÃO NO 1º FSP**

**4.1.** Como é que tomaram conhecimento da realização do 1º FSP?

**4.2.** Estiveram envolvidos na promoção e/ ou organização do evento? (Se sim e se não, quais as razões). Se estiveram, o vosso envolvimento deu-se a que níveis? Fizeram parte de um grupo restrito que organizou o FSP?

**4.3.** Com que objectivos é que a vossa organização participou nestas iniciativas?

**4.4.** Como é que observam o processo de construção do 1º FSP?

**4.5.** Como é que se desenvolveu a participação da vossa organização durante a realização do 1º FSP (Por exemplo, tiveram uma participação activa, envolvendo-se na organização de oficinas de trabalho?)?

**4.6.** A vossa participação implicou a adaptação dos princípios que norteiam a orientação da acção da vossa organização aos princípios de orientação da acção estabelecidos pelo FSP? Ou não foi necessário qualquer tipo de adaptação e o FSP serviu para a afirmação da identidade e dos princípios orientadores da vossa organização?

**4.7.** Como é que a vossa organização observou a participação de partidos políticos no 1º FSP?

**4.8.** Quais os aspectos positivos e/ou negativos que retiraram da vossa participação?

**4.9.** A vossa participação contribuiu para alargar a vossa rede de contactos com outras organizações?

**4.10.** Se sim, actualmente ainda mantêm esses contactos? Esses contactos desencadearam formas de actuação conjuntas?

### **5. PARTICIPAÇÃO NO 2º FSP**

**5.1** Estiveram envolvidos na promoção e/ ou organização do evento? (Se sim e se não, quais as razões). Se estiveram, o vosso envolvimento deu-se a que níveis? Fizeram parte de um grupo restrito que organizou o FSP?

**5.2.** Como é que observam o processo de construção do 2º FSP?



## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

**5.3.** Na vossa opinião, quais os motivos que conduziram a uma menor participação quer de diversas organizações, quer dos cidadãos no 2º FSP?

**5.4.** Os contactos e/ou as redes de actuação que estabeleceram com outras organizações foram afectados? (Se sim, de que forma)

**5.5.** Quais as razões que levaram à não realização até agora de um 3º Fórum Social Português?

## **6. ATITUDES E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS ÀS INICIATIVAS ALTERGLOBALIZAÇÃO NOS NÍVEIS NACIONAL E INTERNACIONAL**

**6.1.** Em Portugal, consideram que existe um ‘movimento alterglobalização’?

**6.1.1.** Se não, porquê?

**6.1.2.** Se sim, porquê?

**6.1.3.** Na vossa opinião, quais são os principais contributos das iniciativas alterglobalização?

**6.1.4.** Na vossa opinião, o que é que estas dinâmicas não têm sido capazes de desenvolver?

**7.** E a nível internacional consideram que existe um ‘movimento alterglobalização’?

**7.1.** Se não, porquê?

**7.1.1** Se sim, porquê?

**7.1.2.** Na vossa opinião, quais são os principais contributos das iniciativas alterglobalização?

**7.1.3.** Na vossa opinião, o que é que estas dinâmicas não têm sido capazes de desenvolv

**Dados pessoais**  
**Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

Nome Cristina Isabel de Oliveira Nunes

Correio electrónico [cristina.oliveira.nunes@gmail.com](mailto:cristina.oliveira.nunes@gmail.com)

**Qualificações Académicas**

2004 Licenciatura em Sociologia e Planeamento pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-IUL).

2008 Pós-Graduação em Sociologia, especialidade em Investigação, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da empresa.

**Actividade Científica em Projectos de Investigação**

2004-2007 Assistente de investigação no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), no projecto “Movimentos Colectivos face à Globalização” coordenado a nível internacional pelos Profs. Michel Wieviorka (CADIS-EHESS) e Antimo Farro (Universidade de Roma – La Sapienza) e a nível nacional pelo Prof. Marinús Pires de Lima (ICS-UL).

2007-2009 Co-autora e membro da equipa do projecto de investigação “Globalização e Relações Laborais em Portugal”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e coordenado pelo Prof. Marinús Pires de Lima (ICS-UL).

2008-2010 Membro da equipa do projecto de investigação “Social dialogue and the changing role of Conciliation, Arbitration, Mediation Services in Europe (CAMS)”, financiado pela Comissão Europeia, coordenado a nível internacional pelo Prof. Steve Jefferys (Working Lives Research Institute – London Metropolitan University) e a nível nacional pelo Prof. Marinús Pires de Lima.

**Conferências e Seminários**

Janeiro de 2005 Realizou o seminário “O Fórum Social Mundial e os movimentos alterglobalização”, no âmbito do Mestrado em Sociologia do Trabalho do ISCTE-IUL.

Março de 2006 Realizou o seminário (com Marinús Pires de Lima) “Novos movimentos sociais”, no Instituto de Ciências Sociais (ICS-UL).

Maio de 2008 Realizou o Workshop (com Marinús Pires de Lima, Ana Guerreiro e Marina Kolarova) “Globalização e Relações Laborais em 5 sectores – Semelhanças e Contrastes: análise dos sectores têxtil, automóvel, bancário, telecomunicações e hotelaria e restauração, no Instituto de Ciências Sociais (ICS-UL).

**Publicações**

Lima, Marinús Pires de; Guerreiro, Ana; Nunes, Cristina (2009) “Globalização e Relações Laborais em Portugal: uma intervenção sociológica nos sectores têxtil, automóvel, bancário; telecomunicações, hotelaria e restauração em Paulo Pereira de Almeida e João Freire (eds) *Trabalho Moderno*

## **Expressões Alterglobais na Sociedade Portuguesa: Ecos Transnacionais de Novas Formas de Acção Colectiva?**

Comunicante do Grupo de Discussão “Movimentos Sociais: Novas e Velhas Práticas”, Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Setembro de 2004.

“Movimentos Colectivos na Era da Globalização” (com Marinús Pires de Lima), V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, Braga, Maio de 2004.

“Os Sindicatos e os Desafios da Globalização” (com Marinús Pires de Lima), X Encontro Nacional de SIOT – Inovação e Conhecimento. As pessoas no centro das transformações?, Gulbenkian, Março de 2003, publicada em CD-Rom pela APSIOT.

“Um Mundo Impossível: As Origens do Fórum Social Mundial” (com Marinús Pires de Lima), oficina organizada pelo Instituto Paulo Freire (Brasil), Fórum Social Mundial de Porto Alegre, Janeiro/Fevereiro de 2003.

“Collective Movements in the Face of Globalization” (com Marinús Pires de Lima), XIV Congresso Mundial de Sociologia, Brisbane, 2002.

### **Organização de Encontros científicos**

Conference "Altermondialization Movements" presented by Michel Wieviorka (CADIS-EHESS), ISCTE, October 2002.

Conference "The Anti-Mondialization Movements After 11th September", presented by Farhad Khosrohavar, ISCTE, September 2003.

Seminar "Global Movements: Culture and Action Paradigmes", presented by Kevin McDonald, ICS, June 2004.